



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA



PLS/TRE-BA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COMPOSIÇÃO DA CORTE

Des. EDMILSON JATAHY FONSECA JÚNIOR
Presidente

Des. ROBERTO MAYNARD FRANK
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Bel. FREDDY CARVALHO PITTA LIMA
Juiz Ouvidor

Bel^a. ZANDRA ANUNCIAÇÃO ALVAREZ PARADA
Juíza

Bel. ÁVIO MOZAR JOSÉ FERRAZ DE NOVAES
Juiz

Bel. HENRIQUE GONÇALVES TRINDADE
Juiz Cooperador

Bel. JOSÉ BATISTA DE SANTANA JÚNIOR
Juiz – Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral

Dr. CLÁUDIO ALBERTO GUSMÃO CUNHA
Procurador Regional Eleitoral

PLS/TRE-BA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COMITÊ GESTOR DO PLANO DE LOGISTICA SUSTENTÁVEL

RAIMUNDO DE CAMPOS VIEIRA
Presidente do Comitê Gestor do PLS

ROBELZA OLIVEIRA SANTOS ROCHA
Secretaria de Gestão Administrativa e de Serviços

MIRELLA SOPHIA PEREGRINO FERRAZ CUNHA
Secretaria de Gestão de Pessoas

MARTA MARIA BARREIROS GAVAZZA DE BRANDÃO LIMA
Secretaria Judiciária

VICTOR ARAÚJO MESQUITA XAVIER
Secretaria Especial da Presidência

MAURÍCIO NEVES RABELLO DO AMARAL
Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições

MARIA THAÍS PINHEIRO HABIB
Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

LUCIANA MARIA FREITAS FONSECA
Secretaria de Tecnologia da Informação

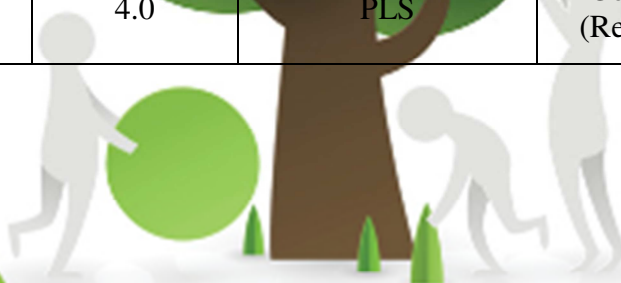
MARCO ANDRÉ CARNEIRO LIMA
Núcleo do Plano de Logística Sustentável

PLS/TRE-BA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

CONTROLE DE VERSÕES			
DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
1/2/2018 (Portaria n.º 35/2018)	1.0	PLS	Comissão Gestora do PLS (Portaria n.º 128/2017)
5/11/2018 (Aprovação pelo CG-PLS)	2.0	PLS	Comitê Gestor do PLS (Resolução n.º 27/2018)
03/12/2019 (Aprovação pelo CG-PLS)	3.0	PLS	Comitê Gestor do PLS (Resolução n.º 27/2018)
15/12/2020 (Aprovação pelo CG-PLS)	4.0	PLS	Comitê Gestor do PLS (Resolução n.º 27/2018)



PLS/TRE-BA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

LISTA DE SIGLAS

SIGLA

SIGNIFICADO

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AE	Ano Eleitoral
ANE	Ano Não Eleitoral
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
ASEGU	Assistência de Segurança
CAT	Centro de Apoio Técnico
CG-PLS	Comitê Gestor do Plano de Logística Sustentável
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COEDE	Coordenadora de Educação, Desenvolvimento, Atenção à Saúde e Benefícios
COGED	Coordenadoria de Gestão da Informação
CONAMA	Conselho Nacional de Meio-Ambiente
COSAD	Coordenadoria de Serviços Administrativos
EJE	Escola Judiciária Eleitoral
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
JE	Justiça Eleitoral
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OTRS	Open Technology Real Services
PAD	Processo Administrativo Digital
PLAS	Núcleo do Plano de Logística Sustentável
PBR	Paleta Padrão Brasileiro
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PJE	Processo Judicial Eletrônico
PLAS	Núcleo do Plano de Logística Sustentável
PLS	Plano de Logística Sustentável
PQVT	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
SEAAC	Seção de Apoio Administrativo à Capital
SEADIN	Seção de Apoio Administrativo ao Interior
SEGEA	Seção de Gestão de Almoarifado
SEPROB	Seção de Projetos e Obras
SEQUIP	Seção de Equipamentos de Informática
SGA	Secretaria de Gestão Administrativa e de Serviços
SGRH	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
SJU	Secretaria Judiciária
SUCAB	Superintendência de Construções Administrativas da Bahia
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TRE-BA	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ZE	Zona Eleitoral

PLS/TRE-BA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2. IDENTIFICAÇÃO DO REFERENCIAL ESTRATÉGICO	8
3. INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS DO TRE-BA	8
4. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E RACIONALIZAÇÃO DO USO	12
4.1 Gestão de Resíduos	13
4.2 Contratações Sustentáveis	14
4.3 Papel e Suprimentos de Impressão	16
4.4 Sistemas Informatizados (PJE E PAD)	16
4.5 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	16
5. METODOLOGIA	16
6. INDICADORES, METAS	18
6.1 Material de Consumo (papel, copo, água envasada e impressões)	19
6.2 Energia Elétrica	31
6.3 Água e Esgoto	37
6.4 Gestão de Resíduo	42
6.5 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	48
6.6 Telefonia	55
6.7 Vigilância	59
6.8 Limpeza	63
6.9 Veículos	69
6.10 Combustível	72
6.11 Reformas	74
6.12 Capacitação Socioambiental	75
7. PLANOS DE AÇÃO	78
7.1 Uso eficiente de impressão, insumos e materiais	78
7.2 Construções sustentáveis, eficiência hídrica e energética, layout e acessibilidade.	79
7.3 Gestão de limpeza, telefonia e resíduos	82
7.4 Qualidade de vida no ambiente de trabalho	86
7.5 Sensibilização e capacitação sobre práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente.	89
7.6 Gestão de vigilância e transporte sustentável	93
8. MECANISMO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	95
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96

PLS/TRE-BA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1. APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) apresenta o Plano de Logística Sustentável (PLS), documento vinculado ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do TRE-BA 2016-2021, instituído pela Resolução nº 14, de 14 de dezembro de 2015. O PLS visa estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do Órgão.

Nesse sentido, o documento compõe-se de indicadores mínimos para a avaliação do desempenho ambiental e econômico que devem ser aplicados pelo TRE-BA, além de práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços. Tais práticas versam sobre os seguintes temas: *material de consumo (papel, copo, água mineral envasada e impressão), energia, água e esgoto, gestão de resíduos, qualidade de vida, telefonia, vigilância, limpeza, veículos, combustível, reformas e capacitação socioambiental*.

O PLS-TRE-BA encontra-se alinhado às diretrizes da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 201, de 3 de março de 2015, e da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.474/2016. Os referidos órgãos determinaram, no âmbito do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral, respectivamente, a criação dos núcleos socioambientais e a implantação do PLS.

Publicado em 1º de fevereiro de 2018, o PLS do TRE-BA, tem sua execução acompanhada através do Núcleo do Plano de Logística Sustentável-PLAS, instituído pela Resolução Administrativa 12/2018 e auxiliado pelos Grupos Executivos, designados pela Portaria da Presidência nº 349 e 382, ambas do ano de 2019. Embasam, ainda, o Plano em referência, a Resolução Administrativa nº 27/2018 que constituiu a Política de Sustentabilidade e o Comitê Gestor, e a Portaria da Presidência nº 351/2019 que elegeu os parâmetros de racionalização para a requisição e o uso de material de consumo e permanente, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

A revisão ora formulada tem como propósito atender ao quanto estabelecido na Resolução Administrativa nº 27/2018 em seu artigo 13, § 4º que prevê a revisão anual do PLS com o objetivo de promover os ajustes necessários ao alcance das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico, elaborado para o ciclo 2016-2021, especialmente no tocante à Responsabilidade Socioambiental.

Transcorridos já três anos de execução do Plano, é possível vislumbrar com maior precisão os indicadores que de fato impactam no controle de insumos e geração de resíduos e assim poder concentrar os esforços nas contenções necessárias. Desta forma, nesta quarta revisão, optou-se pela exclusão das metas relacionadas aos **gastos** com “copos descartáveis”, “papel”, “água mineral”, “energia elétrica” e “água e esgoto”, uma vez que se pôde constatar, ao longo desses três anos, que as metas direcionadas ao **consumo** desses materiais e serviços, é que determinam de fato a redução dos insumos utilizados indicando a economia realizada. O estabelecimento de metas de gastos, nestes casos, além de contarem com fatores alheios ao controle da Administração, como reajustes de tarifas e preços de mercado, ofuscam a economia obtida com a redução do consumo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

2. IDENTIFICAÇÃO DO REFERENCIAL ESTRATÉGICO

O PLS do TRE-BA encontra-se alinhado ao PEI 2016-2021, e está vinculado aos objetivos estratégicos:

- *Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis*, que consiste no desenvolvimento de ações que contribuam para a preservação do meio ambiente, além da promoção da cidadania;
- *Aperfeiçoar a qualidade do gasto público*, que representa o propósito do desenvolvimento de uma cultura de uso racional, satisfatório e eficiente dos recursos, evitando desperdícios;
- *Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro*, que consiste em garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais, assim como propiciar ações de valorização de servidores e magistrados, relacionadas à organização do trabalho, ergonomia, promoção de saúde, melhoria das relações interpessoais e responsabilidade social, com o objetivo de ampliar o bem-estar das pessoas que integram a organização.

3. INVENTÁRIO CONSOLIDADO DE BENS E MATERIAIS DO TRE-BA

Encontram-se relacionados abaixo os bens adquiridos pelo TRE-BA considerando critérios de sustentabilidade.

Tabela 1 – Bens Adquiridos considerando critérios de sustentabilidade

Material	Críticos de sustentabilidade utilizados para aquisição
Copo plástico descartável – para Água Capacidade 200 ml.	Material: Poliestireno. De acordo com norma NBR 14865, da ABNT. Acondicionados em tiras de 100 unidades.
Copo plástico descartável para café. Capacidade 50 ml.	Material: Poliestireno; De acordo com norma NBR 14865, da ABNT. Acondicionados em tiras de 100 unidades.
Garrafa térmica de pressão Capacidade 1 L.	Material: plástico; Ampola de vidro. Indicação expressa de conformidade com a norma NBR 13282/98 da ABNT.
Pallet em madeira	PBR-I – padrão brasileiro, em madeira de reflorestamento, não reversível. Dupla face. Quatro entradas, que permitam movimentação com paleteira ou empilhadeira. Dimensões: 1200 mm x 1000 mm x 148 mm (comprimento x largura x altura). Capacidade de carga: dinâmica – 1.600kg e estática – 3.200kg. Espessura da madeira: 24 mm para a face superior, face inferior e tábua de ligação; 76 mm para o bloco.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Pilha alcalina pequena, Tipo AA	Tipo AA Cartela com 2 unidades Tensão: 1,5 V. Adequada à Resolução nº 401/2008 – CONAMA. Indicação expressa do nome do fabricante. Indicação de prazo de validade não inferior a um ano contado da data de recebimento definitivo.
Pilha alcalina palito, Tipo AAA	Cartela com 4 unidades. Adequada à Resolução nº 401/2008 – CONAMA. Indicação expressa do nome do fabricante. Indicação de prazo de validade não inferior a um ano, contado da data de recebimento definitivo.
Pilha Alcalina Média Tipo C	Cartela com 2 unidades. Adequada à Resolução nº 401/2008 – CONAMA. Indicação expressa do nome do fabricante. Indicação de prazo de validade não inferior a um ano, contado da data de recebimento definitivo.
Caneta esferográfica cor azul	Em material plástico. Ponta em aço inoxidável ou latão, com esfera de tungstênio. Corpo transparente. Selo de adequação à norma ABNT NBR 15236/2012 – Versão Corrigida 2013. Acondicionada em caixa com 50 unidades. Prazo de validade impresso na embalagem, não inferior a 18 meses contados da data do recebimento definitivo.
Caneta esferográfica cor vermelha	Em material plástico. Ponta em aço inoxidável ou latão, com esfera de tungstênio. Corpo transparente. Selo de adequação à norma ABNT NBR 15236/2012 – Versão Corrigida 2013. Acondicionada em caixa com 50 unidades. Prazo de validade impresso na embalagem, não inferior a 18 meses contados da data do recebimento definitivo.
Etiqueta autoadesiva	Apresentação: bobina Papel couchê Dimensões: 2,5cm x 6,0cm Tipo: lacre Fragmentação na retirada. Rolo com, no mínimo, 1.000 (mil) etiquetas Tubete de 1” (uma polegada). Compatível com a impressora marca Zebra Cashway Acondicionadas em embalagem de papelão reciclável. Prazo de validade não inferior a 11 meses, contados do recebimento definitivo
Etiqueta autoadesiva	Apresentação: bobina Papel couchê Dimensões: 2,5cm x 6,00cm Tipo: lacre. Fragmentação na retirada. Rolo com, no mínimo, 1.000 (mil) etiquetas Tubete de 3” (três polegadas). Compatível com a impressora marca Zebra Cashway. Acondicionadas em embalagem de papelão reciclável. Prazo de validade não inferior a 11 meses, contados do recebimento definitivo
Filme para aparelho de fac-símile	Compatível com aparelho Brother Intelifax 775. Acondicionados em embalagem de papelão, com 2 unidades. Indicação expressa de validade não inferior a 10 meses, contados da data de recebimento definitivo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Bobina de papel para fac-símile	Termo sensível, Med. 216 mm x 30M, Alta sensibilidade e nitidez de resolução gráfica. Acondicionados em embalagem reciclável, com até 12 unidades.
Clips nº 1	Em aço inox; Tratamento superficial: niquelado. Caixa com 100 unidades embaladas em embalagem de papelão com até 100 un.
Clips nº 6	Em aço inox; Tratamento superficial: niquelado, Caixa com 50 unidades Embaladas em embalagem de papelão com até 100 un.
Colchete Latonado n.º 07	Caixa com 72 unidades Embaladas em embalagem de papelão com até 100 un.
Colchete Latonado nº 10	Caixa com 72 unidades Embaladas em embalagem de papelão com até 100 un.
Colchete Latonado nº 12	Caixa com 72 unidades Embaladas em embalagem de papelão com até 100 un.
Cartucho de Toner Compatível com impressora Tally 9330	Não se admitindo produtos remanufaturados ou reconicionados. Referência 043872. Acondicionado em caixa individual, com indicação impressa de compatibilidade. Prazo de validade: mínimo de 11 meses, contados da data de recebimento definitivo. Logística Reversa.
Fita para impressora matricial Compatível com impressora Epson LQ 590	Em nylon, Capacidade mínima de 5 milhões de caracteres. Não admitidos produtos remanufaturados ou reconicionados. Acondicionado em caixa individual, com indicação impressa de compatibilidade. Prazo de validade: mínimo de 11 meses, contados da data de recebimento definitivo. Logística Reversa.
Cartucho de fita para impressora, Cor preta, Compatível com impressora Okidata ML420,	Não admitidos produtos remanufaturados ou reconicionados. Rendimento: Mínimo de 7,5 milhões de caracteres. Acondicionado em caixa individual, com indicação impressa de compatibilidade, Prazo de validade: mínimo de 22 meses, contados da data de recebimento definitivo. Logística Reversa.
Cartucho de Toner Compatível com impressora HP LaserJet P2035	Não admitidos produtos remanufaturados ou reconicionados. Referência: CE505A Acondicionado em caixa individual, com indicação impressa de compatibilidade. Prazo de validade: mínimo de 11 meses, contados da data de recebimento definitivo. Logística Reversa.
Cartuchos de Toner para impressora Samsung ML- 3310	Original ou certificado pela fabricante. Referência: MLT – D205L. Acondicionados em embalagem individual. Prazo de validade: mínimo de 11 meses, contados da data de recebimento definitivo. Logística Reversa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Cartucho de Toner Compatível com impressora Okidata B410	Não admitidos produtos remanufaturados ou reconicionados. Referência 43979101. Acondicionado em caixa individual, com indicação impressa de compatibilidade. Prazo de validade não inferior a 11 meses, contados da data de recebimento definitivo. Logística Reversa.
Cartucho de Toner Compatível com impressora HP LaserJet P2015,	Não admitidos produtos remanufaturados ou reconicionados. Referência: Q7553X. Acondicionado em caixa individual, com indicação impressa de compatibilidade. Prazo de validade: mínimo de 11 meses, contados da data de recebimento definitivo. Logística Reversa.
Condicionador de ar “split system” do tipo Hi Wall	Capacidade mínima de refrigeração de 18.000 BTU/h, 220V, Selo Procel, ciclo frio, compressor rotativo, controle remoto sem fio, mínimo de três velocidades de insuflamento (alta, média e baixa), movimento e controle automático do direcionamento do ar (swing), acionamento de emergência na unidade interna no caso de perda ou dano do controle remoto. Garantia mínima de seis meses, a partir do recebimento definitivo.
Condicionador de ar “split system” do tipo Hi Wall	Capacidade mínima de refrigeração de 24.000 BTU/h, 220V, Selo Procel, ciclo frio, compressor rotativo, controle remoto sem fio, mínimo de três velocidades de insuflamento (alta, média e baixa), movimento e controle automático do direcionamento do ar (swing), acionamento de emergência na unidade interna no caso de perda ou dano do controle remoto. Garantia mínima de seis meses, a partir do recebimento definitivo.
Condicionador de ar “split system” do tipo Hi Wall	Capacidade mínima de refrigeração de 36.000 BTU/h, Selo Procel, ciclo frio, compressor rotativo, controle remoto sem fio, mínimo de três velocidades de insuflamento (alta, média e baixa), movimento e controle automático do direcionamento do ar (swing), acionamento de emergência na unidade interna no caso de perda ou dano do controle remoto. Garantia mínima de seis meses, a partir do recebimento definitivo.
Mobiliário geral	Exigência de assento e encosto revestidos em couro ecológico na cor preta
Aparelhos de ar condicionado	Exigência de utilização de fluido refrigerante ecológico e de Selo Procel e de compressor rotativo ou Scroll, de alta eficiência energética.
Materiais para acondicionamento de embalagem, paletes, cadeados, correntes, cones de sinalização e envelopes.	Exigência de fabricação de sacos plásticos e fitas adesivas em polipropileno que permite a reciclagem do produto; Exigência de fabricação de paletes em madeira de reflorestamento; Exigência de fabricação de paletes plásticos em material atóxico e reciclável.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Veículos	Exigência de motor a óleo diesel que atenda às normas de emissão PROCONVE P7- Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, criado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
Estabilizadores, nobreaks e baterias	Exigência de que a bateria seja selada (VRLA) e que recombine os gases gerados internamente, evitando a emissão destes de forma a não apresentar perigo de explosão em condições normais de trabalho.
Aquisição de eletrodomésticos e eletrônicos	Exigência de selo Procel de eficiência energética.
Reforma do Fórum Eleitoral de Porto Seguro e Vitória da Conquista, abrangendo a contratação de empresa de engenharia/arquitetura	Exigência de atendimento às prescrições da Norma Regulamentadora nº 18 (NR 18) que estabelece diretrizes de ordem administrativa de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção.
Assinatura de sistema de gestão de normas ABNT	Exigência de que o fornecimento seja em formato eletrônico.
Contratação de consultoria tributária e aquisição de assinatura eletrônica de informativo SBC.	Exigência de que os periódicos e consultorias sejam em formato eletrônico.
Canetas esferográficas personalizadas para brindes.	Exigência de que sejam confeccionadas com material reciclado.
Aquisição de cavaletes para exposição de quadros artísticos	Exigência de confecção em madeira de reflorestamento (pinus).

4. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E RACIONALIZAÇÃO DO USO DE MATERIAS E SERVIÇOS.

A partir da publicação das Recomendações nº 11/2007 e nº 27/2009 do CNJ, o Poder Judiciário passou a incluir práticas socioambientais nas atividades rotineiras dos tribunais. Posteriormente, a Resolução do CNJ nº 114 de 20 de abril 2010, dispôs sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário. A seguir, a Resolução CNJ 198/2014, que dispôs sobre o Planejamento Estratégico e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, classificou como atributo de valor a Responsabilidade Socioambiental.

Nesta mesma linha, o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, estabeleceu critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Administração Pública Federal. Ainda em 2012, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por intermédio da Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro, estabeleceu regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável na Administração Pública Federal como ferramentas de planejamento para permitir que os órgãos e as entidades estabelecessem práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

Ciente da importância da adoção de critérios de sustentabilidade, o TRE-BA vem priorizando medidas que assegurem a observância das diretrizes estabelecidas. Em 12 de setembro de 2008 foi instituída a Comissão Ambiental por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 527. Em seguida, foi instituída a Comissão de Seleta Coletiva Solidária (Portaria do Diretor-Geral nº 243, de 15 de maio de 2012). Com a Portaria do TRE-BA nº 224, de 11 de novembro de 2014, foi criada comissão com a finalidade de realizar a definição da padronização dos critérios ambientais exigíveis nas aquisições e contratações de bens e serviços.

Com o advento das Resoluções do CNJ nº 201/2016 e do TSE nº 23.474/2016, surgiu a necessidade de elaborar um documento mais amplo que, além de prever a conscientização ambiental, contemplasse indicadores, metas e iniciativas voltadas à redução do consumo e à economia financeira. Nesse sentido, em 2017, a Comissão Ambiental e a Comissão de Coleta Seletiva foram extintas para dar lugar à Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.

Como visto, o TRE-BA historicamente tem priorizado medidas que assegurem a observância das diretrizes relacionadas à sustentabilidade estabelecidas no âmbito do Poder Judiciário e da Administração Pública Federal. Assim, segue abaixo um breve relato das práticas sustentáveis que vêm sendo adotadas por este Regional.

4.1. Gestão de Resíduos

O TRE-BA participa, desde o ano 2000, do Programa *Recicla CAB*, da Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – SUCAB, na reciclagem de papel. Em 2007 esse programa foi rebatizado, passando a ser denominado *Recicla Já Bahia*. A separação dos resíduos recicláveis descartados, especialmente os papéis, é realizada em cada unidade do TRE-BA, sob a responsabilidade dos próprios servidores. Há também lixeiras de coleta seletiva distribuídas em áreas comuns da Secretaria do Tribunal. Após serem recolhidos pela empresa terceirizada responsável pela limpeza, os resíduos são alojados nos contêineres até que as cooperativas de catadores associadas ao programa venham fazer a coleta.

Atualmente, o programa, além de reciclar papel, promove também a destinação adequada de resíduos de plástico, metal e periféricos de microcomputadores.

4.1.1. Ampliação da coletiva no âmbito do TRE-BA

Em períodos eleitorais, aumenta a circulação de pessoas, materiais e equipamentos no Centro de Apoio Técnico – CAT, local onde são armazenadas as urnas do Tribunal, bem como no Edifício-Sede, trazendo como uma das consequências o aumento na geração de resíduos potencialmente recicláveis.

Desta forma serão adquiridas 4 (quatro) conjuntos de lixeiras coloridas que deverão ser instalados na entrada do Edifício Sede e no Edifício Anexo II, além de 3 (três) contêineres de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1000 litros para a coleta seletiva no CAT. Para pesagem dos resíduos de plástico e papel coletados diariamente pela empresa responsável pela limpeza do edifício-sede foi solicitada a aquisição de uma balança.

4.2 Contratações Sustentáveis

O atual contrato de manutenção predial dos imóveis da capital do TRE-BA prevê a observância dos seguintes critérios: racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente; realização de estudos para redução de consumo de energia elétrica e de água; e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes. Tem-se ainda exigido a utilização, pelas contratadas, de produtos certificados pela Anvisa e que não agredam o ambiente, além da adoção de coleta seletiva, quando possível, a fim de incentivar a cultura da reciclagem.

Além disso, nos projetos novos e por ocasião das reformas das diversas unidades eleitorais, estão sendo incluídas mudanças no que concerne ao uso de materiais que atendam aos critérios de sustentabilidade, como segurança, eficiência e durabilidade, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e, conseqüentemente, menor impacto ambiental.

Com relação aos veículos, este Regional tem adotado as seguintes medidas: preparação de termos de referência que contemplem a aquisição de veículos bicompostíveis, visando à possibilidade de utilização de combustível menos poluente, como o etanol; destinação criteriosa das peças retiradas em manutenção de veículos, sobretudo pneus e baterias; exigência de produtos biodegradáveis quando da aquisição de materiais de limpeza e manutenção dos veículos, assim como exigência de ausência de gases agressivos à camada de ozônio nas embalagens em spray.

Em 2020 foi contratado o serviço “Taxi Gov”, que deverá proporcionar uma considerável economia de recursos. Tal contratação permite o uso por demanda do serviço de transporte de servidores e colaboradores do TRE-BA.

Outras providências vêm sendo adotadas para garantir a sustentabilidade nas contratações, dentre as quais merecem destaque:

- a) adoção de modelo de termo de referência que já prevê que as embalagens utilizadas devam permitir sua reutilização, ser confeccionadas em material reciclável ou, quando isso não for possível, conter apenas o tamanho necessário ao acondicionamento do bem;
- b) na aquisição de mobiliário é exigida a utilização de madeira de reflorestamento.

Estão sendo observadas, ainda, as diretrizes previstas no Relatório da Comissão instituída pela Portaria n.º 224, de 11 de novembro de 2014, referentes à padronização dos critérios ambientais nas aquisições e contratações de bens e serviços, quais sejam:

- 1) Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;
- 2) Aquisição de produtos duráveis e reparáveis;
- 3) Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- 4) Consulta ao Catálogo de Materiais do sistema de compras do Governo Federal quanto aos itens classificados como sustentáveis;
- 5) Estabelecimento, sempre que possível, de margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;
- 6) Atendimento das Normas Técnicas da ABNT ou similares para aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados;
- 7) Preferência da aquisição: a) de papel confeccionado com madeira de origem legal; b) de itens derivados do papel constituídos no todo ou em parte por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis; c) de lápis fabricados com madeira de origem legal ou feitos com material reciclado; d) de materiais de limpeza menos agressivos ao meio ambiente, concentrados (que utilizam menor quantidade de matéria-prima e água em sua fabricação), fabricados com matérias-primas de origem vegetal, não poluentes e biodegradáveis; e) de materiais de copa e cozinha de material durável, como vidro, cerâmica ou aço escovado; f) de copos descartáveis menos poluentes, preferencialmente a base de amido de milho ou papelão;
- 8) Aquisição de mobiliário acompanhado de relatórios de ensaio de laboratório acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), demonstrando que o produto está em conformidade com as normas brasileiras pertinentes (armários – NBR 13961/2010 ou versões posteriores; mesas – NBR 13966/2008 ou versões posteriores; estações de trabalho – NBR 13967/2011 ou versões posteriores; cadeiras e poltronas – NBR 13962/2006 ou versões posteriores; divisórias – NBR 13964/2003 ou versões posteriores);
- 9) Aquisição de equipamentos com Selo Procel de economia de energia e exigência de componentes inofensivos à camada de ozônio;
- 10) Lâmpadas de alta eficiência energética, com selo Procel de economia de energia (opcionalmente, quando viável, dar preferência a lâmpadas de LED); sempre que possível, exigir a logística reversa, cabendo ao fornecedor o recolhimento do material;
- 11) Na aquisição de pilhas e baterias: a) exigir que as embalagens contenham as informações que atendam ao art. 14 da Resolução n.º 401/2008 – Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA); b) exigir que no corpo dos produtos constem informações que atendam ao disposto no art. 16 da Resolução n.º 401/2008 – CONAMA; c) exigir, sempre que possível e no interesse da Administração, a logística reversa.
- 12) Na aquisição de cartuchos e toner: a) sempre que possível, e no interesse da Administração, exigir a logística reversa.
- 13) Respeito à racionalização no uso da água, de acordo com o quanto exigido no art. 6º, inciso II da IN SLTI/MPOG n.º 01, de 19/01/2010, no serviço de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água e utilização de produtos de baixa toxicidade, inodoros, inócuos à saúde e liberados pelo Ministério da Saúde;
- 14) Adoção das práticas de sustentabilidade na execução dos serviços de limpeza, em conformidade com as normas estabelecidas no art. 6º, incisos I a VIII, da IN MPOG/SLTI 1/2010;
- 15) Observância à Resolução n.º 401/2008 – CONAMA, que estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas e o gerenciamento ambientalmente adequado, nas aquisições de pilhas (material de processamento de dados e outros);
- 16) Exigência de assento e encosto revestidos em couro ecológico, no caso de aquisição de cadeiras (mobiliário geral); exigência de fabricação de paletes em madeira de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

reflorestamento e paletes plásticos em material atóxico e reciclável; aquisição de detergentes e limpadores instantâneos com tensoativo biodegradável;

- 17) Exigência de utilização de fluido refrigerante ecológico e de compressor rotativo ou Scroll, de alta eficiência energética, além do Selo Procel, nas aquisições de condicionadores de ar, e a aquisição de assinaturas de periódicos em formato eletrônico.

4.3. Papel e Suprimentos de Impressão

O TRE-BA tem optado pela locação de impressoras, o que repercute na gestão de material e na qualidade do gasto público. Com efeito, as impressoras locadas, mais modernas e eficientes, permitem um melhor aproveitamento dos cartuchos de impressão e um dispêndio menor de papel, já que podem ser configuradas para a impressão nos dois lados da folha sem a necessidade de intervenção manual do operador.

4.4. Sistemas Informatizados (PJE E PAD/SEI)

No que se refere à adoção de sistemas informatizados, cabe destacar a implantação Sistema Eletrônico de Informação (SEI), em abril/2020, no âmbito da Secretaria do TRE-BA dos Cartórios Eleitorais, mediante Portaria do Presidente nº 150/2020. Com ampla utilização pela maioria dos órgãos da Administração Pública Federal, veio aprimorar a gestão documental e facilitar o acesso de servidores e cidadãos às informações institucionais, propiciando celeridade, segurança e economicidade. O SEI substituiu o Processo Administrativo Digital (PAD), implantado em março de 2015.

Outra medida importante foi a publicação da Resolução TSE nº 23.417, de 11 de dezembro de 2014, que instituiu o Processo Judicial Eletrônico (PJE) da Justiça Eleitoral como o sistema informatizado de constituição e tramitação de processos nessa esfera da Justiça. Por meio do referido sistema são realizados o processamento das informações judiciais e o gerenciamento dos atos processuais. A Resolução Administrativa nº 4, de 22 de maio de 2017, por sua vez, instituiu o PJE no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, regulamentando seu uso e funcionamento.

Os dois sistemas têm impacto relevante, pois proporcionam a redução de custos com impressão, transporte e armazenamento, contribuindo, assim, para a preservação ambiental.

4.5. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

O TRE-BA, historicamente, promove ações de saúde e prevenção de doenças para os servidores e seus dependentes, magistrados, terceirizados e servidores aposentados. Algumas das ações desenvolvidas podem ser exemplificadas: campanha de vacinação contra gripe; ações voltadas para a conscientização sobre a importância da prevenção do câncer de mama e de próstata (campanha outubro rosa e novembro azul); convocação e controle dos servidores elegíveis para realizar os exames periódicos; palestras e campanhas acerca dos seguintes



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

temas: reeducação alimentar; combate ao colesterol alto; saúde bucal; combate ao suicídio; zika e gravidez.

As ações nesta área foram bastante afetadas com o advento do CORONAVÍRUS, que impôs o isolamento social como medida de prevenção, exceto aquelas que puderam ser realizadas pelo meio virtual.

5. METODOLOGIA

A quarta versão do PLS 2018-2021 do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia reforça a necessidade de implantar sua metodologia, explicitando as competências, composições, atribuições e forma de atuação do Comitê Gestor do Plano de Logística Sustentável (CG-PLS-TRE/BA), do Núcleo do Plano de Logística Sustentável (PLAS) e dos Grupos Executivos.

Ao CG-PLS-TRE/BA, instituído pela Resolução Administrativa nº 27 de 20/8/2018, compete a análise, seguida de proposta de aprovação do PLS e de suas revisões. Compete ao Presidente submetê-lo à apreciação do Conselho de Governança.

Compete ao Núcleo do Plano de Logística Sustentável (PLAS) planejar, elaborar e monitorar o Plano de Logística Sustentável, submetendo-o ao CG-PLS-TRE/BA, além de promover ações que estimulem a reflexão e a adoção de medidas sustentáveis no âmbito do TRE-BA, especificamente no que diz respeito às contratações e à qualidade de vida no ambiente de trabalho. São atribuições atinentes ao Núcleo: a consolidação de dados para elaboração de relatórios semestral e anual; coordenação dos trabalhos para a elaboração/revisão da minuta do PLS, ouvidos os Grupos Executivos e a COPEG; definição de cronograma de trabalho e prazo anual de execução das etapas mínimas que devem ser contempladas no PLS-TRE/BA; encaminhar relatório anual para o Conselho Nacional de Justiça; assistir o Diretor-Geral nas deliberações afetas à temática da sustentabilidade; publicar os resultados obtidos a partir da implantação das ações do Plano, e divulgar boas práticas de sustentabilidade ambiental, nos sítios eletrônicos do Tribunal, ao final de cada semestre.

Aos Grupos Executivos, instituídos pela Portaria do Presidente nº 349/2019, caberá a execução dos projetos de viabilização e implantação do PLS-TRE/BA. São atribuições dos Grupos Executivos, entre outras: elaborar plano de ação de sua competência para consecução dos projetos que lhes incumbirem, acompanhando sua execução; propor ao PLAS ações e metas anuais relacionadas aos indicadores atinentes aos seus projetos, e manter atualizados e disponíveis dados de consumo de suas unidades.

O PLS-TRE/BA contém 82 indicadores baseados no Anexo da Resolução n.º 201/2015, do CNJ, agrupados por tema:

- Papel
- Copos descartáveis



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- Água envasada em embalagem plástica
- Impressões
- Energia
- Água e esgoto
- Gestão de resíduos
- Qualidade de Vida no Trabalho
- Capacitação e Sensibilização
- Vigilância
- Limpeza
- Telefonia
- Combustível
- Veículos
- Reformas

Cada Grupo Executivo é responsável pela elaboração dos planos de ação relacionados a um grupo de indicadores e por acompanhar a execução e proposição de metas ao Comitê Gestor do Plano de Logística Sustentável.

Os Grupos Executivos atuam de acordo com a seguinte estrutura:

TEMA	GRUPOS EXECUTIVOS	UNIDADES INTEGRANTES
Uso eficiente de impressão, insumos e materiais (inventário de bens e materiais, papel, copos descartáveis, água mineral, suprimento de informática e outros), desfazimento de bens e materiais e aferição de critérios de sustentabilidade nas contratações.	01	COMAP, SEGEA, SELIC, SEQUIP
Construções sustentáveis, eficiência hídrica, eficiência energética, layout e acessibilidade.	02	COMANP, SEPROB, SEMAI, SEMAC, CPAI
Gestão de limpeza, telefonia e resíduos (coleta seletiva solidária, resíduos de serviços de saúde, resíduos de obras, resíduos perigosos e outros gerados no Órgão).	03	COSAD, SEAAC, SEDAS, SEQUIP, SEGEA
Qualidade de vida no ambiente de trabalho (saúde e meio ambiente, qualidade de vida, inclusão e voluntariado).	04	SEDAS, CPAI, ASBEN, SEPROB
Sensibilização e capacitação sobre práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente.	05	COEDE, EFAS, SEDES, ASCOM, EJE
Gestão de Vigilância e transporte sustentável (deslocamento de pessoal, bens e materiais).	06	ASSET, ATRAN, AMAVE, ASEGU



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6. INDICADORES E METAS

Apresentam-se a seguir os indicadores e metas estabelecidos para o ciclo 2018-2021.

- Ressalte-se que as metas foram estabelecidas utilizando como parâmetro os exercícios de 2016 (ano eleitoral) e 2017 (ano não eleitoral);
- Foram excluídas as metas de gastos com material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, permanecendo para estes itens apenas as metas referentes ao consumo;
- Foi excluído o indicador que mede o gasto com aquisição de impressoras, uma vez que o Tribunal não adquire mais equipamentos de impressão.
- IPCA 2020 = 4,52%

6.1 Materiais de Consumo

OBJETIVO - Utilizar de forma eficiente os insumos e materiais

6.1.1 PAPEL

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO				
INDICADOR: CONSUMO DE PAPEL NÃO RECICLADO PRÓPRIO (BRANCO)				
O que mede	Utilização com papel não reciclado			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo mensal com papel não reciclado.			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Quantidade de resmas de papel não reciclado próprio consumida			
Onde medir	ASIWEB			
Histórico (resmas)	2012 (AE) 18.313	2013 (ANE) 10.961	2014 (AE) 13.988	
	2015 (ANE) 9.561	2016 (AE) 15.427	2017 (ANE) 14.902	
Metas	Reduzir o consumo de papel branco em 30% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
ANO	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
META	10.799	10.431	10.799	10.431
REDUÇÃO	30% em relação a 2016	30% em relação a 2017	30% em relação a 2016	30% em relação a 2017

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO	
INDICADOR: CONSUMO DE PAPEL RECICLADO PRÓPRIO	
O que mede	Utilização de papel reciclado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Para que medir	Avaliar a evolução do consumo mensal de papel reciclado.		
Quem mede	SEGEA		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Quantidade de resmas de papel reciclado próprio consumida		
Onde medir	ASIWEB		
Histórico (resma)	2012 (AE) 768	2013 (ANE) 307	2014 (AE) 336
	2015 (ANE) 121	2016 (AE) -	2017 (ANE) -
Observações	Atualmente o TRE-BA não faz aquisição de papel reciclado, tendo em vista ocorrência de problemas técnicos na impressão de documentos.		
Metas	Realizar, em 2021, estudo preliminar acerca da possibilidade de uso de papel reciclado nas impressoras utilizadas no TRE-BA.		

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO				
INDICADOR: CONSUMO TOTAL DE PAPEL				
O que mede	Utilização total de papel reciclado e não reciclado			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo mensal de papel.			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Quantidade total de resmas de papel consumida.			
Onde medir	ASIWEB			
Histórico (resmas)	2012 (AE) 19.081	2013 (ANE) 11.268	2014 (AE) 14.324	
	2015 (ANE) 9.682	2016 (AE) 15.427	2017 (ANE) 14.902	
Observações dos resultados	Atualmente o TRE-BA não faz aquisição de papel reciclado, tendo em vista ocorrência de problemas técnicos na impressão de documentos.			
Metas	Reduzir o consumo de papel branco em 30% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021			
ANO	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
META	10.799	10.431	10.799	10.431
REDUÇÃO	30% em relação a 2016	30% em relação a 2017	30% em relação a 2016	30% em relação a 2017

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO	
INDICADOR: GASTO DE PAPEL NÃO RECICLADO PRÓPRIO	
O que mede	Despesa com aquisição de resmas de papel não reciclado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com aquisição de papel não reciclado.		
Quem mede	SEGEA		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Valor (R\$) gasto com a aquisição de resmas de papel não reciclado		
Onde medir	ASIWEB		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 83.500,00	2013 (ANE) 65.250,00	2014 (AE) 140.250,00
	2015 (ANE) 96.400,00	2016 (AE) 200.817,50	2017 (ANE) 187.079,83
Metas	Não estabelecidas		

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO			
INDICADOR: GASTO DE PAPEL RECICLADO PRÓPRIO			
O que mede	Despesa com aquisição de resmas de papel reciclado		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com aquisição de papel reciclado.		
Quem mede	SEGEA		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Valor (R\$) gasto com a aquisição de resmas de papel reciclado		
Onde medir	ASIWEB		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 0,00	2013 (ANE) 0,00	2014 (AE) 0,00
	2015 (ANE) 0,00	2016 (AE) 0,00	2017 (ANE) -
Observações dos resultados	Não houve aquisição de papel reciclado no período.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO	
INDICADOR: GASTO TOTAL COM PAPEL	
O que mede	Despesa com aquisição de resmas de papel
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com aquisição de papel.
Quem mede	SEGEA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Periodicidade	Mensal			
Como medir	Valor (R\$) gasto com a aquisição de resmas de papel			
Onde medir	ASIWEB/SIAFI			
Histórico (R\$)	2012 (AE) 83.500,00	2013 (ANE) 65.250,00	2014 (AE) 140.250,00	
	2015 (ANE) 96.400,00	2016 (AE) 200.817,50	2017 (ANE) 187.079,83	
Metas	Não estabelecidas			

*O TRE-BA não consome resmas de papel fornecidas por contrato de terceirização, por isso os indicadores relativos a este item não foram listados.

6.1.2 COPOS DESCARTÁVEIS E ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO
INDICADOR: CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS PARA ÁGUA DE 200 ML



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

O que mede	Utilização de copos descartáveis para água			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo anual com copos descartáveis para água			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de centos de copos descartáveis para água consumidos			
Onde medir	ASIWEB			
Histórico (cento)	2012 (AE) 5.765	2013 (ANE) 4.883	2014 (AE) 6.141	
	2015 (ANE) 4.607	2016 (AE) 6.154	2017 (ANE) 9.330	
Metas	Reduzir o consumo de copos descartáveis para água em 50% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
ANO	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
META	3.077	4.665	3.077	4.665
REDUÇÃO	50% em relação a 2016	50% em relação a 2017	50% em relação a 2016	50% em relação a 2017

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO

INDICADOR: CONSUMO COM COPOS DESCARTÁVEIS PARA CAFÉ

O que mede	Utilização de copos descartáveis para café
-------------------	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Para que medir	Avaliar a evolução do consumo anual com copos descartáveis para café			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de centos de copos descartáveis para café consumidos			
Onde medir	ASIWEB			
Histórico (centos)	2012 (AE) 3.578	2013 (ANE) 2.752	2014 (AE) 3.509	
	2015 (ANE) 2.332	2016 (AE) 3.346	2017 (ANE) 4.144	
Metas	Reduzir o consumo de copos descartáveis para café em 50% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
ANO	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
META	1.673	2.072	1.673	2.072
REDUÇÃO	50% em relação a 2016	50% em relação a 2017	50% em relação a 2016	50% em relação a 2017

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO				
INDICADOR: CONSUMO TOTAL COM COPOS DESCARTÁVEIS				
O que mede	Utilização de copos descartáveis			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo anual com copos descartáveis			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de centos de copos descartáveis consumidos			
Onde medir	ASIWEB			
Histórico (cento)	2012 (AE) 9.343	2013 (ANE) 7.635	2014 (AE) 9.650	
	2015 (ANE) 6.939	2016 (AE) 9.500	2017 (ANE) 13.474	
Metas	Reduzir o consumo total de copos descartáveis em 50% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
ANO	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
META	4.750	6.737	4.750	6.737
REDUÇÃO	50% em relação a 2016	50% em relação a 2017	50% em relação a 2016	50% em relação a 2017

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO	
INDICADOR: GASTO COM COPOS DESCARTÁVEIS PARA ÁGUA	
O que mede	Despesa com copos descartáveis para água



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com copos descartáveis de 200 ml para água.		
Quem mede	SEGEA		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com o consumo de copos descartáveis para água		
Onde medir	SIAFI		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 7.550,00	2013 (ANE) 12.360,00	2014 (AE) 12.000,00
	2015 (ANE) 12.850,00	2016 (AE) 14.880,00	2017 (ANE) 23.082,10
Metas	Não estabelecidas		

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO			
INDICADOR: GASTO COM COPOS DESCARTÁVEIS PARA CAFÉ			
O que mede	Despesa com copos descartáveis para café		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com copos descartáveis para café		
Quem mede	SEGEA		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com o consumo de copos descartáveis para café		
Onde medir	SIAFI		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 0,00	2013 (ANE) 4.190,00	2014 (AE) 2.000,00
	2015 (ANE) 5.600,00	2016 (AE) 4.600,00	2017 (ANE) 4.587,08
Metas	Não estabelecidas		

A: MATERIAIS DE CONSUMO			
INDICADOR: GASTO TOTAL COM COPOS DESCARTÁVEIS			
O que mede	Despesa com copos descartáveis		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com copos descartáveis		
Quem mede	SEGEA		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com o consumo de copos descartáveis		
Onde medir	SIAFI		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 7.550,00	2013 (ANE) 16.550,00	2014 (AE) 14.000,00
	2015 (ANE) 18.450,00	2016 (AE) 19.480,00	2017 (ANE) 27.669,18
Metas	Não estabelecidas		

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO			
INDICADOR: CONSUMO DE ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

O que mede	Utilização de água envasada em embalagens plásticas			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo anual com água envasada em embalagens plásticas			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de unidades de embalagens plásticas de água envasada (200 e 500 ml) consumidas			
Onde medir	ASIWEB			
Histórico (unidade)	Embalagem de 200 ml			
	2012 (AE) 244.848		2013 (ANE) 20.256	
	2015 (ANE) 21.744		2016 (AE) 40.176	
			2017 (ANE) 27.312	
	Embalagem de 500 ml			
	2012 (AE) -		2013 (ANE) -	
	2015 (ANE) -		2016 (AE) 43.054	
		2017 (ANE) -		
Metas	Reduzir o consumo de água envasada em copos de 200 ml em 30% em ano eleitoral (AE) e em ano não eleitoral (ANE), até 2021.			
	Realizar, em 2020, estudos para eliminação da embalagem de água de 500 ml.			
ANO	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
META	28.123	19188	28.123	19.118
REDUÇÃO	30% em relação a 2016	30% em relação a 2017	30% em relação a 2016	30% em relação a 2017

Obs.: Nas eleições 2020, não foram mais adquiridas garrafas ou copos de água mineral para consumo no dia do pleito

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO

INDICADOR: GASTO COM AQUISIÇÃO DE ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

O que mede	Gasto com aquisição de água envasada em embalagens plásticas		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com água envasada em embalagens plásticas		
Quem mede	SEGEA		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com embalagens plásticas de água envasada (200 e 500 ml)		
Onde medir	SIAFI		
Histórico (R\$)	Embalagem de 200 ml		
	2012 (AE) 62.050,00	2013 (ANE) 10.500,00	2014 (AE) 0,00
	2015 (ANE) 10.320	2016 (AE) 10.252,50	2017 (ANE) 8.296,80
	Embalagem de 500 ml		
	2012 (AE) -	2013 (ANE) -	2014 (AE) 46.654,84
	2015 (ANE) -	2016 (AE) 25.650,00	2017 (ANE) -
Metas	Não estabelecidas		

6.1.3 IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS INSTALADOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO			
INDICADOR: QUANTIDADE DE IMPRESSÕES			
O que mede	Quantidade total de impressões realizadas		
Para que medir	Avaliar a evolução da quantidade anual de impressões.		
Quem mede	SEQUIP		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Relatórios de consumo de impressão.		
Onde medir	Sistema de gerência de impressão.		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 175.641	2013 (ANE) 157.894	2014 (AE) 197.475
	2015 (ANE) 1.707.780	2016 (AE) 5.976.275	2017 (ANE) 4.357.059
Observações dos resultados: -Antes da implantação do serviço de terceirização de impressão, não havia mensuração da quantidade de documentos impressos; - O serviço de terceirização de impressão foi contratado experimentalmente durante o período de maio/2011 até dez./2014. - As impressoras matriciais não foram contabilizadas, pois eram utilizadas para impressão de títulos eleitorais exclusivamente. - Os cadernos de votação de todas as seções do Estado foram impressos pelos Cartórios em 2016. - Para compor o indicador foram consideradas apenas as impressoras do contrato do serviço de impressão. - Não houve a definição de meta quantitativa para o ano de 2021.			
Metas	Realizar, em 2021, estudos para redução do número de impressões, estabelecendo meta anual.		

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO	
INDICADOR: QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

O que mede	Quantidade de equipamentos de impressão instalados, próprios ou alocados.		
Para que medir	Avaliar a evolução da quantidade de equipamentos de impressão instalados		
Quem mede	SEQUIP		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Quantidade total de equipamentos de impressão instalados		
Onde medir	Registros da STI		
Histórico (unidades)	2012 (AE) 10	2013 (ANE) 10	2014 (AE) 10
	2015 (ANE) 273	2016 (AE) 273	2017 (ANE) 273
Observações dos resultados: Foi considerado o quantitativo de impressoras instaladas para o serviço de terceirização de impressão. -Serviço de terceirização de impressão foi contratado experimentalmente durante o período de maio/2011 até dez./2014. - Em 2016 foram contabilizadas 1031 impressoras próprias instaladas, mas que não possuem sistema de bilhetagem.			
Metas	Realizar, em 2021, estudos para redução do número de impressoras instaladas, estabelecendo meta anual.		

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO

INDICADOR: PERFORMANCE DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS

O que mede	Quantidade de impressões em relação ao total de equipamentos instalados.		
Para que medir	Avaliar o número de impressões por equipamentos instalados.		
Quem mede	SEQUIP		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Número de impressões por número de equipamentos instalados.		
Onde medir	Sistema de gestão de impressão.		
Histórico (impressão/equipamento)	2012 (AE) 17.564	2013 (ANE) 15.789	2014 (AE) 19.748
	2015 (ANE) 6.256	2016 (AE) 21.891	2017 (ANE) 15.960
Observações	Para compor o indicador foram consideradas apenas as impressoras do contrato do serviço de impressão. Não houve a definição de meta quantitativa para o ano de 2020		
Metas	Realizar, em 2021, estudos para redução do número de impressoras instaladas, estabelecendo meta anual.		

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

INDICADOR: GASTO COM AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO			
O que mede	Despesa com aquisição de suprimentos de impressão		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com aquisição de suprimentos de impressão		
Quem mede	SEGEA		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com aquisição de suprimentos de impressão		
Onde medir	ASIWEB		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 338.930,00	2013 (ANE) 274.999,22	2014 (AE) 49.618,80
	2015 (ANE) 150.101,00	2016 (AE) 69.990,20	2017 (ANE) 149.996,81
Metas	Realizar, em 2021, estudos para reduzir despesas com aquisição de suprimentos de impressão, estabelecendo meta anual.		

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO			
INDICADOR: GASTO COM CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE IMPRESSORAS			
O que mede	Despesa com contratos de terceirização de impressoras		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com contratos de terceirização de impressoras		
Quem mede	SEQUIP		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com contratos de terceirização de impressoras.		
Onde medir	Faturas.		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 26.951,19	2013 (ANE) 26.460,60	2014 (AE) 27.314,26
	2015 (ANE) 415.213,98	2016 (AE) 753.133,80	2017 (ANE) 679.494,22
Observações dos resultados	O serviço de terceirização de impressão foi contrato experimentalmente durante o período de maio/2011 até dez/2014.		
Metas	Realizar, em 2021, estudos para reduzir despesas com contratos de terceirização de impressoras, estabelecendo meta anual.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.2. Energia Elétrica

OBJETIVO – Gerir eficientemente a energia elétrica

6.2.1 ENERGIA ELÉTRICA INTERIOR

TEMA: ENERGIA (ZONAS DO INTERIOR)				
INDICADOR: CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA				
O que mede	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo mensal com consumo de energia elétrica.			
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Quantidade de kWh consumidos.			
Onde medir	Contratos/SIAFI			
Histórico (KWh)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014 (AE) 593.180	
	2015 (ANE) 506.501	2016 (AE) 642.266	2017 (ANE) 911.795	
Observações	*O setor responsável não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013.			
Metas:	Redução de 5% do consumo de energia elétrica em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021.			
ANO	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
META	629.421	866.205	629.421	866.205
REDUÇÃO	2% em relação a 2016	5% em relação a 2017	2% em relação a 2016	5% em relação a 2017

TEMA: ENERGIA (ZONAS DO INTERIOR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

INDICADOR: CONSUMO RELATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA				
O que mede	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária, em relação à área construída.			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo anual com consumo de energia elétrica em relação à área construída.			
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de kWh consumidos/total de área construída (m²).			
Onde medir	Fatura/Registros da SEADIN			
Histórico (KWh/m²)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014 (AE) 40,03	
	2015 (ANE) 32,88	2016 (AE) 37,89	2017 (ANE) 53,80	
Observações dos resultados	*O setor não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013. 2014 - (593.180 kwh/14.816,07 m²); 2015 - (506.501 kwh/15.400,52 m²); 2016 - (642.266 kwh/16.948,76 m²); 2017 - (911.795 kwh/16.948,76 m²)			
Metas	Redução de 5% do consumo de energia elétrica em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021.			
ANO	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
META	37,13	51,11	37,13	51,11
REDUÇÃO	2% em relação a 2016	5% em relação a 2017	2% em relação a 2016	5% em relação a 2017



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

EMA: ENERGIA (ZONAS DO INTERIOR)			
INDICADOR: GASTO DE ENERGIA ELÉTRICA			
O que mede	Gasto total de energia elétrica fornecida pela concessionária		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com consumo de energia elétrica.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Valor da fatura (R\$).		
Onde medir	Fatura		
Histórico (R\$)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014 (AE) 250.078,25
	2015 (ANE) 299.918,49	2016 (AE) 465.450,30	2017 (ANE) 536.865,00
Observações dos resultados	*O setor não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013.		
Considerações	Serão realizadas campanhas de combate ao desperdício de energia elétrica nas sedes dos Cartórios do Interior.		
Metas	Não estabelecidas		

TEMA: ENERGIA (ZONAS DO INTERIOR)			
INDICADOR: GASTO RELATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA			
O que mede	Gasto total de energia elétrica fornecida pela concessionária por área construída.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com consumo de energia elétrica em relação à área total do órgão.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Gasto Total (R\$)/total de área construída (m ²).		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (R\$/m²)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014 (AE) 16,88
	2015 (ANE) 19,47	2016 (AE) 27,46	2017 (ANE) -
Observações dos resultados	*O setor não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013 2014- (250.078,25/14.816,07 m ²); 2015- (299.918,49/15.400,52m ²) 2016- (465.450,30/16.948,76m ²)		
Considerações	As metas relativas ao gasto de energia elétrica serão estabelecidas, a partir de 2020, precipuamente nos Cartórios Eleitorais que funcionam em sede própria. Em 2020 serão realizadas campanhas de combate ao desperdício de energia elétrica.		
Metas	Não definidas.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.2.2 ENERGIA ELÉTRICA DA CAPITAL

TEMA: ENERGIA (SEDE)				
INDICADOR: CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA				
O que mede	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo mensal com consumo de energia elétrica.			
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Quantidade de kWh consumidos.			
Onde medir	Fatura			
Histórico (kWh)	2012 (AE) 1.928.650,14	2013 (ANE) 1.861.817,20	2014 (AE) 1.995.483,08	
	2015 (ANE) 2.226.739,00	2016 (AE) 2.574.153,12	2017 (ANE) 2.714.392	
Observações dos resultados	2013 - Demanda Ativa(kW) + Consumo Ativo Na Ponta(kWh) + Consumo Ativo Fora de Ponta(kWh) . 2014 - Demanda Ativa(kW) + Consumo Ativo Na Ponta(kWh) + Consumo Ativo Fora de Ponta(kWh). 2015 - Demanda Ativa(kW) + Demanda Ativa Ultrapassagem (kW) + Consumo Ativo Na Ponta(kWh) + Consumo Ativo Fora de Ponta(kWh) (a partir de março, a cobrança de energia elétrica passou a englobar, também, o consumo do novo edifício anexo).			
Metas	Redução de 5% do consumo de energia elétrica em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021.			
ANO	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
META	2.522.670	2.578.672	2.522.670	2.578.672
REDUÇÃO	2% em relação a 2016	5% em relação a 2017	2% em relação a 2016	5% em relação a 2017



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ENERGIA (SEDE)				
INDICADOR: CONSUMO RELATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA				
O que mede	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária, em relação à área construída.			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo anual com consumo de energia elétrica em relação à área construída.			
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de kwh consumidos/total de área construída (m²).			
Onde medir	Fatura/ Registro da SEAAC			
Histórico (kWh /m²)	2012 (AE) 141,77	2013 (ANE) 136,85	2014 (AE) 146,68	
	2015 (ANE) 104,56	2016 (AE) 120,87	2017 (ANE) 127,46	
Observações dos resultados	2012 (1.928.650,14 kwh/13.604 m²); 2013-(1.861.817,20 kwh/13.604 m²) 2014-(1.995.483,08 kwh/13.604 m²); 2015- (2.226.739,00 kwh/21.296m²) 2016- (2.574.153,12 kwh/21.296m²); 2017- 1.883.254 kwh/21.296m²			
Metas	Redução de 5% ao ano do consumo de energia elétrica em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	121,08	124,91	115,02

TEMA:ENERGIA (SEDE)			
INDICADOR: GASTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
O que mede	Gasto total de energia elétrica fornecida pela concessionária		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com consumo de energia elétrica.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Valor da fatura (R\$).		
Onde medir	Fatura		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 709.937,39	2013 (ANE) 717.453,21	2014 (AE) 702.421,57
	2015 (ANE) 1.095.152,47	2016 (AE) 1.219.275,19	2017 (ANE) 1. 986.812,72
Metas	Não estabelecidas		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: ENERGIA (SEDE)			
INDICADOR: GASTO RELATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA			
O que mede	Gasto total de energia elétrica fornecida pela concessionária por área construída.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com consumo de energia elétrica em relação à área total do órgão.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Gasto Total (R\$)/total de área construída (m ²).		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (R\$/m²)	2012 (AE) 52,18	2013 (ANE) 52,73	2014 (AE) 51,63
	2015 (ANE) 51,42	2016 (AE) 57,25	2017 (ANE) -
Observações dos resultados	2012 (709.937,39/13.604 m ²) ;2013-(717.453,21/13.604 m ²) 2014-(702.421,57/13.604 m ²); 2015- (1.095.152,47/21.296 m ²) 2016- (1.219.275,19/21.296 m ²)		
Metas	Não definidas.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.3. Água e Esgoto

OBJETIVO – Gerir eficientemente água e esgoto.

6.3.1 ÁGUA E ESGOTO INTERIOR

TEMA: ÁGUA E ESGOTO (ZONAS DO INTERIOR)				
INDICADOR: CONSUMO DE ÁGUA				
O que mede	Consumo total de água fornecida pela concessionária			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo de água mensal.			
Quem mede	SGS/COSAD			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Quantidade de m³ de água.			
Onde medir	Fatura			
Histórico (m³)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014(AE) 8.645	
	2015(ANE) 11.456	2016(AE) 10.418	2017 (ANE) 12.337	
Observações dos resultados	*O setor não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013.			
Metas	Redução de 5% do consumo de água em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021.			
ANO	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
META	10.209	11.720	10.209	11.720
REDUÇÃO	2% em relação a 2016	5% em relação a 2017	2% em relação a 2016	5% em relação a 2017



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: ÁGUA E ESGOTO (ZONAS DO INTERIOR)				
INDICADOR: CONSUMO RELATIVO DE ÁGUA				
O que mede	Consumo total de água fornecida pela concessionária, em relação à área total do órgão.			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo total de água fornecida pela concessionária, em relação à área total do órgão.			
Quem mede	SGS/COSAD			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de m³ de água/m² de área.			
Onde medir	Fatura/ Registros da COSAD			
Histórico (m³/m²)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014(AE) 0,64	
	2015(ANE) 0,76	2016(AE) 0,60	2017 (ANE) 0,71	
Observações dos resultados	*O setor não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013. 2014 - (8.645m³/13.409,56m²) 2015 - (11.456 m³/15.127,74m²) 2016 - (10.418 m³/17.453,16 m²) 2017 - (12.337 m3/17.453,16m²)			
Metas	Redução de 5% do consumo de água em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021.			
ANO	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
META	0,59	0,67	0,59	0,67

TEMA: ÁGUA E ESGOTO (ZONAS DO INTERIOR)			
INDICADOR: GASTO COM ÁGUA			
O que mede	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto total de água fornecida pela concessionária.		
Quem mede	SGS/COSAD		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Valor da fatura de água e esgoto em valores brutos.		
Onde medir	Fatura		
Histórico (R\$)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014(AE) 107.851,31
	2015(ANE) 150.622,30	2016(AE) 178.303,06	2017 (ANE) -
Observações dos resultados	*O setor não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013.		
Metas	Não estabelecidas		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: ÁGUA E ESGOTO (ZONAS DO INTERIOR)			
INDICADOR: GASTO RELATIVO COM ÁGUA			
O que mede	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos, em relação à área total do órgão.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto total de água fornecida pela concessionária.		
Quem mede	SGS/COSAD		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor da fatura de água e esgoto (R\$)/ m ² de área.		
Onde medir	-		
Histórico (R\$/m²)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014(AE) 8,04
	2015(ANE) 9,96	2016(AE) 10,21	2017 (ANE) -
Observações dos resultados	*O setor não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013. 2014- (107.851,31/13.409,56m ²) 2015- (150.622,30/15.127,74m ²) 2016- (178.303,06/17.453,16m ²)		
Considerações	As metas relativas ao gasto com água serão estabelecidas, a partir de 2020, precipuamente nos Cartórios Eleitorais que funcionam em sede própria. Em 2020 serão realizadas campanhas de combate ao desperdício de água.		
Metas	Não definidas.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.3.2 ÁGUA E ESGOTO DA CAPITAL

TEMA: ÁGUA E ESGOTO (SEDE)				
INDICADOR: CONSUMO DE ÁGUA				
O que mede	Consumo total de água fornecida pela concessionária			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo de água mensal.			
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Quantidade de m³ de água.			
Onde medir	Fatura			
Histórico (m³)	2012 (AE) 21.644	2013 (ANE) 25.269	2014(AE) 18.020	
	2015(ANE) 17.031	2016(AE) 19.087	2017 (ANE) 19.693	
Metas	Redução de 5% do consumo de água em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021.			
ANO	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
META	18.705	18.708	18.705	18.708
REDUÇÃO	2% em relação a 2016	5% em relação a 2017	2% em relação a 2016	5% em relação a 2017
TEMA: ÁGUA E ESGOTO (SEDE)				
INDICADOR: CONSUMO RELATIVO DE ÁGUA				
O que mede	Consumo total de água fornecida pela concessionária, em relação à área total do órgão.			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo total de água fornecida pela concessionária, em relação à área total do órgão.			
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de m³ de água/m² de área.			
Onde medir	Fatura/ Registro da SEAAC			
Histórico (R\$)	2012 (AE) 1.59	2013 (ANE) 1,85	2014(AE) 1,32	
	2015 (ANE) 0,80	2016 (AE) 0,90	2017 (ANE) 0,92	
Observações dos resultados	2012 - (21.644 m³/13.604m²); 2013 - (25.269 m³/13.604m²); 2014 - (18.020 m³/13.604m²); 2015 - (17.031 m³/21.296m²); 2016 - (19.087m³/21.296m²); 2017 - (19.693m³/21.296m²)			
tas	Redução de 5% do consumo de água em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	0.82	0.88	0.82



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: ÁGUA E ESGOTO (SEDE)			
INDICADOR: GASTO COM ÁGUA			
O que mede	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto total de água fornecida pela concessionária.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos.		
Onde medir	Fatura		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 499.996,40	2013 (ANE) 562.762,53	2014(AE) 437.230,28
	2015 (ANE) 444.339,45	2016 (AE) 556.026,71	2017 (ANE) 629.989,96
Considerações	As metas relativas ao gasto com água serão estabelecidas a partir de 2019.		
Meta	Não estabelecida		

TEMA: ÁGUA E ESGOTO (CAPITAL)			
INDICADOR: GASTO RELATIVO COM ÁGUA			
O que mede	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos, em relação à área total do órgão.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto total de água fornecida pela concessionária.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor da fatura de água e esgoto (R\$)/ m ² de área.		
Onde medir	Fatura/Registro da SEAAC		
Histórico (R\$/m²)	2012 (AE) 36,75	2013 (ANE) 41,36	2014(AE) 32,13
	2015 (ANE) 20,86	2016 (AE) 26,10	2017 (ANE) 29,58
Observações dos resultados	2012-(499.996,40/13.604m ²); 2013- (562.762,53/13.604m ²) ;2014-(437.230,28/13.604m ²) ;2015-(444.339,45/21.296m ²); 2016-(556.026,71/21.296m ²)- 2017 – (629.989,96/21.296m ²)		
Considerações	As metas relativas ao gasto com água serão estabelecidas a partir de 2019.		
Meta	Não definida.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.4. Gestão de Resíduos

OBJETIVO - Gerir eficientemente Resíduos.

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: DESTINAÇÃO DE PAPEL						
O que mede	Quantidade de papel, papelão e derivados destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA.					
Para que medir	Avaliar a quantidade de papel destinado à reciclagem nas unidades do TRE/BA					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Mensal					
Como medir	Pesagem (kg) do papel, papelão e derivados que forem destinados a reciclagem					
Onde medir	Na separação dos resíduos.					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Meta	Realizar a pesagem de papel, papelão e derivados destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA.					

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: Destinação de Plástico						
O que mede	Quantidade de plásticos destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA					
Para que medir	Avaliar a quantidade de plásticos destinado a reciclagem nas unidades do TRE/BA					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Mensal					
Como medir	Pesagem (kg) de plásticos que forem destinados a reciclagem.					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Meta	Realizar pesagem a pesagem dos plásticos destinados a reciclagem pelo TRE-BA.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: DESTINAÇÃO DE METAIS						
O que mede	Quantidade de metais destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA					
Para que medir	Avaliar a quantidade de metais destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Mensal					
Como medir	Pesagem (kg) de metais que forem destinados a reciclagem					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Meta	Realizar a pesagem dos metais destinados a reciclagem pelo TRE-BA.					

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: DESTINAÇÃO DE PILHAS E BATERIAS						
O que mede	Quantidade de pilhas e baterias enviadas para a descontaminação e destinação correta nas unidades do TRE/BA					
Para que medir	Avaliar a quantidade de pilhas e baterias enviadas para descontaminação.					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Anual					
Como medir	Pesagem (kg) das pilhas e baterias que forem enviadas para descontaminação e destinação correta.					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	Não houve a contagem de pilhas coletadas.					
Meta	Realizar pesagem de pilhas e baterias enviadas para descontaminação e destinação correta pelo TRE-BA.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: DESTINAÇÃO DE VIDROS						
O que mede	Quantidade de vidros destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA					
Para que medir	Avaliar a quantidade de vidros destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Mensal					
Como medir	Pesagem (kg) dos vidros destinados a reciclagem					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Meta	Realizar pesagem de vidros destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA.					

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: Destinação de Resíduos de Obras e Reformas						
O que mede	Quantidade de resíduos de obras enviados para o aterro de resíduos da construção civil nas unidades do TRE/BA.					
Para que medir	Avaliar a quantidade de resíduos de obras enviados para o aterro de resíduos da construção civil nas unidades do TRE/BA.					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Anual					
Como medir	Volume (m³) dos resíduos gerados em obras que forem destinados ao aterro de resíduos da construção civil.					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Meta	Não se aplica ao TRE/BA.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE INFORMÁTICA						
O que mede	Quantidade de resíduos de informática destinados a reciclagem, reaproveitamento ou outra destinação correta no TRE/BA					
Para que medir	Avaliar a quantidade de resíduos de informática destinados a reciclagem, reaproveitamento ou outra destinação correta no TRE/BA.					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Anual					
Como medir	Pesagem (kg) de resíduos de informática destinados a reciclagem, reaproveitamento ou outra destinação correta.					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Meta	Realizar a pesagem dos resíduos de informática destinados a reciclagem, reaproveitamento ou outra destinação correta no TRE/BA.					

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: TOTAL DE MATERIAIS DESTINADOS À RECICLAGEM						
O que mede	Quantidade total de resíduos recicláveis destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA.					
Para que medir	Avaliar a quantidade total de resíduos destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA.					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Mensal					
Como medir	Pesagem (kg) total de resíduos recicláveis que forem destinados a reciclagem.					
Onde medir	Na separação dos resíduos.					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Meta	Realizar pesagem total dos resíduos gerados pelo TRE-BA.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE SAÚDE						
O que mede	Quantidade total de resíduos de serviços de saúde encaminhados para descontaminação e tratamento no TRE/BA.					
Para que medir	Avaliar a quantidade de resíduos de serviços de saúde encaminhados para descontaminação e tratamento no TRE/BA.					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Mensal					
Como medir	Pesagem (kg) de resíduos de serviços de saúde encaminhados para descontaminação e tratamento no TRE/BA.					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Meta	Viabilizar, até 2021, a pesagem e encaminhamento correto de todos os resíduos relacionados, inclusive aqueles resultantes da atuação da área de saúde, cujos transporte e destinação são regulamentados pela Resolução nº 306 de 7/12/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.					

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: Destinação de Lâmpadas						
O que mede	Quantidade de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta pelo TRE/BA.					
Para que medir	Avaliar a quantidade de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta pelo TRE/BA.					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Mensal					
Como medir	Contagem de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta pelo TRE/BA.					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Meta	Realizar contagem de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta pelo TRE/BA.
-------------	---

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: DESTINAÇÃO DE SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO						
O que mede	Quantidade de suprimentos de impressão destinados a empresas de logística reversa pelo TRE/BA.					
Para que medir	Avaliar a quantidade de suprimentos de impressão destinados a empresas de logística reversa pelo TRE/BA.					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Anual					
Como medir	Contagem de suprimentos de impressão destinados a empresas de logística reversa pelo TRE/BA.					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Meta	Realizar contagem de suprimentos de impressão destinados a empresas de logística reversa pelo TRE/BA .					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.5 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

OBJETIVO – Elevar a qualidade de vida no ambiente de trabalho

TEMA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO				
INDICADOR: PARTICIPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA				
O que mede	Total de participações de servidores, magistrados e força de trabalho auxiliar em eventos de ações de qualidade de vida no trabalho.			
Para que medir	Avaliar a participação dos servidores nas ações de qualidade de vida nas unidades da Justiça Eleitoral da Bahia.			
Quem mede	SGP			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Relacionar número de participantes.			
Onde medir	No controle de participação dos eventos			
Histórico (participações)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	-	-	-	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	-	367*	338	
Observações dos resultados	* Foram contabilizadas 367 participações de servidores em eventos presenciais e 962 visualizações de vídeos educativos sobre temas de saúde produzidos em parceria com a ASCOM. (PAD nº 3080/2017).			
Metas	Aumentar em 25% o número de participações de servidores em ações voltadas para qualidade de vida em ano eleitoral (AE) e 30% em ano não eleitoral (ANE) . Foi utilizado o ano de 2017 como referência para definição das metas.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	439	458	477



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO				
INDICADOR: QUANTIDADE DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA				
O que mede	Total de ações de qualidade de vida no TRE-BA			
Para que medir	Avaliar a realização de ações de qualidade de vida no TRE-BA			
Quem mede	SGP			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Número de eventos realizados.			
Onde medir	Listas de presença			
Histórico (ações)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	-	-	-	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	-	25	10	
Metas	Aumentar em 50% o número de ações voltadas para qualidade de vida em ano eleitoral (AE) e 70% em ano não eleitoral (ANE) .			
	Foi utilizado o ano de 2016 como referência para definição das metas.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	17	15	17



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO						
INDICADOR: PARTICIPAÇÃO RELATIVA EM AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA (PRQV)						
O que mede	Percentual de participações em ações de qualidade de vida no TRE-BA					
Para que medir	Avaliar a participação do TRE-BA em ações de qualidade de vida no TRE-BA					
Quem mede	SGP					
Periodicidade	Anual					
Como medir	Percentagem de participação em relação ao número total de servidores/colaboradores por ação					
Onde medir	Listas de presença					
Histórico (%)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)			
	-	-	-			
	2015 (ANE)	2016 (AE)*	2017 (ANE)			
	-	0,75	1,40			
Observações dos resultados	Força de Trabalho	2012	2014	2015	2016	2017
	Força de Trabalho Auxiliar	462	526	407	456	887
	Total de servidores	1325	1258	1316	1286	1310
	Força total de Trabalho	1999	1996	1935	1954	2407
	<i>Força de Trabalho auxiliar= terceirizados</i>					
	<i>Total de servidores=quadro efetivo+ requisitados</i>					
	<i>Força de trabalho total= magistrados+servidores+ força de trabalho auxiliar</i>					
	*Participação Relativa em Ações de Qualidade de Vida em 2016					
	(PRQV) = Participações em qualidade de vida / Força Total de Trabalho					
	X número de ações em qualidade de vida X 100					
	PRQV= 367/1954*25 *100					
Metas	Parâmetro não utilizado para definição de meta.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO				
INDICADOR: PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES SOLIDÁRIAS				
O que mede	Total de participação de servidores, magistrados e força de trabalho auxiliar em ações solidárias promovidas pelo próprio TRE-BA ou em parceria.			
Para que medir	Avaliar a participação de servidores, magistrados e força de trabalho auxiliar em eventos de ações solidárias.			
Quem mede	SGP			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de participações por ano.			
Onde medir	Listas de presença			
Histórico (participações)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	-	-	-	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	-	-	160	
Metas	Aumentar em 25% o número de participações de servidores em ações solidárias em ano eleitoral (AE) e 30% em ano não eleitoral (ANE) .			
	Foi utilizado o ano de 2016 como referência para definição das metas.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	208	200	208



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO				
INDICADOR: QUANTIDADE DE AÇÕES SOLIDÁRIAS				
O que mede	Total de ações solidárias organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parceria.			
Para que medir	Avaliar a realização de ações solidárias organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parceria			
Quem mede	SGP			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Número de ações realizadas.			
Onde medir	Listas de presença			
Histórico (ações)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	-	-	-	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	-	-	7	
Metas	Aumentar em 50% o número de ações solidárias em ano eleitoral (AE) e 100 % em ano não eleitoral (ANE).			
	Foi utilizado o ano de 2016 como referência para definição das metas.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	14	11	14



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO						
INDICADOR: PARTICIPAÇÃO RELATIVA EM AÇÕES SOLIDÁRIAS						
O que mede	Percentual de participações em ações solidárias					
Para que medir	Medir o percentual de participantes por ação					
Quem mede	SGP					
Periodicidade	Anual					
Como medir	Número de participações em ações solidárias em relação a Força Total de Trabalho e número de ações solidárias realizadas.					
Onde medir	Listas de presença					
Histórico (%)	2012 (AE)	2013 (ANE)		2014 (AE)		
	-	-		-		
	2015 (ANE)	2016 (AE)*		2017 (ANE)		
	-	-		0,95		
Observações	Força de Trabalho	2012	2014	2015	2016	2017
	Força de Trabalho Auxiliar	462	526	407	456	887
	Total de servidores	1325	1258	1316	1286	1310
	Força total de Trabalho	1999	1996	1935	1954	2407
	<i>Força de Trabalho auxiliar= terceirizados</i>					
	<i>Total de servidores=quadro efetivo+ requisitados</i>					
Metas	<i>Força de trabalho total= magistrados+servidores+ força de trabalho auxiliar</i>					
	Parâmetro não utilizado para definição de meta.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO				
INDICADOR: AÇÕES DE INCLUSÃO				
O que mede	Total de ações de inclusão realizadas			
Para que medir	Avaliar a realização de ações de inclusão			
Quem mede	Comissão de Acessibilidade/EJE			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Número de ações realizadas.			
Onde medir	Relação de eventos			
Histórico (ações)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	-	-	-	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	-	-	1	
Metas	Realizar ao menos uma ação de inclusão ao ano.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	1	1	1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.6. Telefonia

OBJETIVO – Racionalizar o gasto com Telefonia.

TEMA: TELEFONIA				
INDICADOR: GASTO COM TELEFONIA FIXA				
O que mede	Despesa com serviço de telefonia fixa (inclusive tecnologia VoIP)			
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto Mensal com telefonia fixa.			
Quem mede	SGS/SEAAC			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Valor (R\$) gasto com telefonia fixa			
Onde medir	Valor da fatura			
Histórico (R\$)	2012 (AE) 952.678,93	2013 (ANE) 850.396,17	2014 (AE) 1.068.663,41	
	2015 (ANE) 836.634,22	2016 (AE) 705.482,27	2017 (ANE) 389.476,93	
Observações dos resultados	Há uma demanda maior pelo serviço em anos eleitorais. Há uma tendência de queda na demanda, certamente em razão de maior incremento do uso de serviços de mensagens eletrônicas.			
Meta	Reduzir a despesa com serviço de telefonia fixa em 30% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021. Ano referência: 2017			
ANO	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020(AE)	2021 (ANE)
META	493.837,59	272.633,86	515.121,99	284.956,91
REDUÇÃO	30% em relação a 2016	30% em relação a 2017	(P2016-30%) x (1+IPCA2019)	(P2017-30%) x (1+IPCA2020)

Obs: IPCA 2020 = 4,52%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: TELEFONIA				
INDICADOR: GASTO RELATIVO COM TELEFONIA FIXA				
O que mede	Despesa realizada com serviços de telefonia fixa (inclusive tecnologia VoIP), em relação ao total de linhas.			
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto Mensal com telefonia fixa.			
Quem mede	SGS/SEAAC			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Gasto em R\$ por linha telefônica			
Onde medir	Valor da Fatura-Registro da SEAAC			
Histórico (R\$)	2012 (AE) 1.394,84	2013 (ANE) 1.220,08	2014 (AE) 1.515,83	
	2015 (ANE) 1.165,23	2016(AE) 966,41	2017 (ANE) 548,55	
Observações dos resultados				
Meta	Reduzir a despesa por linha telefônica em 30% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Ano referência: 2017			
ANO	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020(AE)	2021 (ANE)
META	676,48	383,98	705,64	401.14
REDUÇÃO	30% em relação a 2016	30% em relação a 2017	30% em relação a 2016	30% em relação a 2017
Redução	10% em relação a 2016	10% em relação a 2017	(P2016-30%) x (1+IPCA2019)	(P2017-30%) x (1+IPCA2020)

Obs: IPCA 2020 = 4,52%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: TELEFONIA			
INDICADOR: TOTAL DE LINHAS DE TELEFONIA FIXA			
O que mede	Quantidade de linhas de telefonia fixa que atendem o Órgão, seus anexos e unidades vinculadas.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com telefonia fixa.		
Quem mede	SGS/SEAAC		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Quantidade de linhas telefônicas existentes		
Onde medir	Registros da SEAAC		
Histórico (unidade)	2012 (AE) 683	2013 (ANE) 697	2014 (AE) 705
	2015 (ANE) 718	2016 (AE) 730	2017 (ANE) 710
Observações dos resultados	A quantidade de linhas aumenta timidamente a cada ano, num avanço médio de 1,68% em relação ao ano anterior.		
Metas	Parâmetro não utilizado para definição das metas.		

TEMA: TELEFONIA			
INDICADOR: GASTO COM TELEFONIA MÓVEL			
O que mede	Despesa com serviços de telefonia móvel (voz, dados e assinatura).		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com telefonia móvel.		
Quem mede	SGS/SEAAC		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Valor (R\$) gasto com telefonia móvel		
Onde medir	Valor da Fatura		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 98.640,62	2013 (ANE) 86.157,03	2014 (AE) 103.646,54
	2015 (ANE) 94.758,41	2016 (AE) 128.856,45	2017 (ANE) 173.420,81
Observações dos resultados			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Metas	Reduzir a despesa com serviço de telefonia móvel em 10% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Ano referência 2017 .			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	115,970,50	156.078,73	120.968,83	163.133,49
Redução	10% em relação a 2016	10% em relação a 2017	(P2016-30%) x (1+IPCA2019)	(P2017-30%) x (1+IPCA2020)

Obs: IPCA 2020 = 4,52%

TEMA: TELEFONIA			
INDICADOR: TOTAL DE LINHAS DE TELEFONIA MÓVEL			
O que mede	Quantidade de linhas de telefonia móvel (celulares, dados e assinaturas) que atendem o Órgão, seus anexos e unidades vinculadas.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com telefonia móvel.		
Quem mede	SGS/SEAAC		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Quantidade de linhas telefônicas existentes		
Onde medir	Registro da SEAAC		
Histórico(unidade)	2012 (AE) 20	2013 (ANE) 20	2014 (AE) 20
	2015 (ANE) 20	2016 (AE) 20	2017 (ANE) 20
Observações dos resultados			
Metas	Parâmetro não utilizado para definição das metas.		

TEMA: TELEFONIA			
INDICADOR: GASTO RELATIVO COM TELEFONIA MÓVEL			
O que mede	Despesa com serviços de telefonia móvel (voz, dados e assinatura), em relação ao total de linhas móveis.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com telefonia móvel.		
Quem mede	SGS/SEAAC		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Gasto em R\$ por linha telefônica		
Onde medir	Valor da Fatura-Registro da SEAAC		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 4.932,03	2013 (ANE) 4.307,85	2014 (AE) 5.182,33



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	2015 (ANE) 4.737,92	2016 (AE) 6.442,82	2017 (ANE) 8.671,04
Observações dos resultados			
Metas	Parâmetro não utilizado para definição das metas.		

6.7 Vigilância

OBJETIVO – Aprimorar os processos de compras e contratações, de forma a tornar possível o desenvolvimento de especificações para aquisições pautadas por critérios de sustentabilidade.

TEMA: VIGILÂNCIA			
INDICADOR: GASTOS COM CONTRATOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO PERÍODO-BASE			
O que mede	Despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços vigilância armada durante o período-base.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com vigilância armada.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEGIN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com vigilância armada		
Onde medir	Contratos		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 1.833.093,87	2013 (ANE) 1.995.902,98	2014 (AE) 3.175.369,84
	2015 (ANE) 3.214.860,72	2016 (AE) 3.786.752,00	2017 (ANE) 3.915.075,67
Observações dos resultados			
Metas	Realizar estudo, em 2021, para redução dos gastos com serviços de vigilância armada.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: VIGILÂNCIA			
INDICADOR: QUANTIDADE DE POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO PERÍODO-BASE			
O que mede	Quantidade total de postos de vigilância armada ao final do período-base.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com vigilância armada.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEGIN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Quantidade de postos de vigilância armada		
Onde medir	Registros da COSAD		
Histórico (unidades)	2012 (AE) 52	2013 (ANE) 52	2014 (AE) 70
	2015 (ANE) 64	2016 (AE) 67	2017 (ANE) 69
Observações dos resultados	Há uma demanda maior pelo serviço em anos eleitorais. Observa-se uma tendência de incremento no número de postos, à razão média de 8% ao ano. O indicador retrata a quantidade de postos existentes ao final de cada ano. Contudo, existe a mobilização temporária de postos, em determinados períodos do calendário eleitoral, que não aparecem na série histórica deste indicador, mas que repercutem no gasto total e no gasto relativo.		
Metas	Realizar estudo, em 2021, para redução dos postos de vigilância armada.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: VIGILÂNCIA			
INDICADOR: GASTO RELATIVO COM CONTRATOS DE VIGILÂNCIA ARMADA			
O que mede	Despesa total com o contrato de vigilância em relação a cada posto de vigilância armada.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto relativo com vigilância armada.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEGIN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Despesa total (R\$) por posto armado		
Onde medir	Contratos		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 35.251,81	2013 (ANE) 38.382,75	2014 (AE) 45.362,43
	2015 (ANE) 50.232,20	2016 (AE) 56.518,69	2017 (AE) 56.740,23
Observações dos resultados	Há uma demanda maior pelo serviço em anos eleitorais. Observa-se uma tendência de incremento no gasto relativo, que vem sempre crescendo, à razão média de 13% ao ano. Existe a mobilização temporária de postos, em determinados períodos do calendário eleitoral, que repercutem no indicador, a maior.		
Metas	Realizar estudo, em 2021, para redução dos gastos com serviços de vigilância armada.		

TEMA: VIGILÂNCIA	
INDICADOR: GASTO TOTAL COM CONTRATOS DE VIGILÂNCIA NO PERÍODO DE REFERÊNCIA	
O que mede	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância, armada e desarmada, durante o período de referência.
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com vigilância
Quem mede	SGS/COSAD/SEGIN
Periodicidade	Anual



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Como medir	Valor (R\$) gasto com vigilância		
Onde medir	Contratos		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 1.833.093,87	2013 (ANE) 1.995.902,98	2014 (AE) 3.175.369,84
	2015 (ANE) 3.214.860,72	2016 (AE) 3.786.752,00	2017 (AE) 3.915.075,67
Observações dos resultados			
Metas	Parâmetro não definido.		

TEMA: VIGILÂNCIA			
INDICADOR: Variação dos gastos com contratos de vigilância			
O que mede	Variação dos gastos com contratos de vigilância em relação ao ano anterior.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com vigilância		
Quem mede	SGS/COSAD/SEGIN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Percentual de variação anual		
Onde medir	Registro da SEGIN		
Histórico (R\$)	2012 (AE) -	2013 (ANE) 9%	2014 (AE) 59%
	2015 (ANE) 1%	2016 (AE) 18%	2017 (ANE) -
Observações dos resultados	Há uma demanda maior pelo serviço em anos eleitorais. O Tribunal não contrata serviço de vigilância desarmada. O gasto com vigilância cresce a uma razão média de 22% ao ano. Observado um “salto” de 59% em 2014, período de eleições estaduais e presidenciais. Também há que se ressaltar a mobilização maior nos cartórios e fóruns sediados no Interior, em razão de instalação de sede própria em diversos municípios, o que certamente enseja e ensejará aumento na demanda pelo serviço.		
Metas	Realizar estudos, a partir 2021, para estabelecer metas relativas à variação dos gastos com contrato de vigilância armada utilizada pelas unidades do TRE-BA.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.8. Limpeza

OBJETIVO - Aprimorar os processos de compras e contratações, de forma a tornar possível o desenvolvimento de especificações para aquisições pautadas por critérios de sustentabilidade.

6.8.1. LIMPEZA INTERIOR

TEMA: LIMPEZA						
INDICADOR: GASTOS COM CONTRATOS DE LIMPEZA NO PERÍODO BASE – IMÓVEIS DO INTERIOR						
O que mede	Despesa total com contrato de prestação de serviços de limpeza					
Para que medir	Viabilizar a avaliação da evolução do gasto anual com contrato de prestação de serviços de limpeza.					
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN					
Periodicidade	Anual					
Como medir	Valor (R\$) gasto com contrato de prestação de serviços de limpeza					
Onde medir	Contratos/SIAFI					
Histórico (R\$)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)			
	685.322,40	925.699,68	1.174.658,87			
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)			
	1.599.763,20	1.977.391,30	1.989.292,68			
Observações dos resultados	Segundo apuramos junto à SGS, os valores informados não contemplam serviços prestados com pagamento por meio de suprimento de fundos.					
Considerações:						
Metas	Realizar estudos, a partir 2021, para estabelecer metas anuais relativas ao aumento do gasto com contrato de prestação de serviços de limpeza para os Cartórios do interior.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: LIMPEZA			
INDICADOR: ÁREA CONTRATADA – IMÓVEIS DO INTERIOR			
O que mede	Área especificada (m ²) nos instrumentos de contrato de manutenção e limpeza.		
Para que medir	Viabilizar o cálculo da despesa total com o contrato de limpeza em relação à área contratada.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	-		
Onde medir	Registros da SEADIN		
Área (m²)	2012 (AE) -	2013 (ANE) -	2014 (AE) -
	2015 (ANE) -	2016 (AE) 8.255,62	2017 (ANE) 18.255,62
Observações dos resultados	A área informada para 2016, segundo apuramos junto à SGS, abrange imóveis próprios e locados. Não obtivemos dados seguros em relação aos exercícios anteriores por força das locações. Quanto aos imóveis próprios, é sabido que após 2012 foram inaugurados Fóruns em Seabra, Brumado, Ribeira do Pombal e de Valença.		
Metas	Realizar estudos, a partir de 2021, para estabelecer metas anuais relativas a despesa total com contrato de prestação de serviços de limpeza em relação à área contratada nos Cartórios Eleitorais próprios do TRE-BA.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: LIMPEZA			
INDICADOR: VARIAÇÃO DOS GASTOS COM CONTRATOS DE LIMPEZA – IMÓVEIS DO INTERIOR			
O que mede	Variação dos gastos com contratos de limpeza em relação ao ano anterior.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com contrato de prestação de serviços de limpeza.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Percentual (%) de aumento do gasto com contrato de prestação de serviços de limpeza em relação ao ano anterior.		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (%)	2012 (AE) -	2013 (ANE) 35,07	2014 (AE) 26,89
	2015 (ANE) 36,18	2016 (AE) 19,09	2017 (ANE) 0,60
Metas	Realizar estudos, a partir 2021, para estabelecer metas anuais relativas ao aumento do gasto com contrato de prestação de serviços de limpeza em relação ao ano anterior nos Cartórios Eleitorais próprios do TRE-BA.		

TEMA: LIMPEZA	
INDICADOR: GASTO COM MATERIAL DE LIMPEZA – IMÓVEIS DO INTERIOR	
O que mede	Despesa total com aquisição de materiais de limpeza
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com materiais de limpeza.
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com a aquisição de material de limpeza		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 84.000,00	2013 (ANE) 100.800,00	2014 (AE) 153.440,00
	2015 (ANE) 112.200,00	2016 (AE) 129.094,56	2017 (ANE) 137.130,84
Metas	Realizar estudos, a partir 2021, para estabelecer metas anuais relativas ao aumento do gasto com material de limpeza para os Cartórios do interior.		

6.8.2. LIMPEZA CAPITAL

TEMA: LIMPEZA			
INDICADOR: GASTOS COM CONTRATOS DE LIMPEZA NO PERÍODO BASE – IMÓVEIS DA CAPITAL			
O que mede	Despesa total com contrato de prestação de serviços de limpeza		
Para que medir	Viabilizar a avaliação da evolução do gasto anual com contrato de prestação de serviços de limpeza.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com contrato de prestação de serviços de limpeza		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 807.836,28	2013 (ANE) 985.862,88	2014 (AE) 1.052.500,92
	2015 (ANE) 1.417.126,56	2016 (AE) 1.683.114,19	2017 (ANE) 1.777.289,76
Considerações			
Metas	Realizar estudos, a partir 2021, para estabelecer metas anuais relativas ao aumento do gasto com contrato de prestação de serviços de limpeza para unidades da Capital.		

TEMA: LIMPEZA	
INDICADOR: VARIAÇÃO DOS GASTOS COM CONTRATOS DE LIMPEZA – IMÓVEIS DA CAPITAL	
O que mede	Variação dos gastos com contratos de limpeza em relação ao ano anterior.
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com contrato de prestação de serviços de limpeza.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Percentual (%) de aumento do gasto com contrato de prestação de serviços de limpeza em relação ao ano anterior.		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (%)	2012 -	2013 22,03	2014 6,75
	2015 34,64	2016 18,76	2017 5,30
Metas	Realizar, em 2021, estudo atualizado de produtividade para aferição dos postos de trabalho no Tribunal.		

TEMA: LIMPEZA			
INDICADOR: ÁREA CONTRATADA – IMÓVEIS DA CAPITAL			
O que mede	Área especificada nos instrumentos de contrato de manutenção e limpeza.		
Para que medir	Viabilizar o cálculo da despesa total com o contrato de limpeza em relação à área contratada.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	-		
Onde medir	Contratos		
Área (m²)	2012 (AE) 30.936	2013 (ANE) 30.936	2014 (AE) 30.936
	2015 (ANE) 38.628	2016 (AE) 38.628	2017 (ANE) 24.820
Observações dos resultados	Em março de 2015 houve o incremento da área contratada, com a inclusão, no ajuste de limpeza, do novo edifício Anexo à Sede do TRE-BA, com área total contratada de 7.692m ² .		
Metas	Realizar, em 2021, estudo atualizado de produtividade para aferição dos postos de trabalho para o TRE/BA.		

TEMA: LIMPEZA			
INDICADOR: GASTO RELATIVO COM CONTRATOS DE LIMPEZA – IMÓVEIS DA CAPITAL			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

O que mede	Despesa total com contrato de prestação de serviços de limpeza em relação à área contratada.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com contrato de prestação de serviços de limpeza.		
Quem mede	SGA/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Relação entre o valor do contrato de limpeza e a área contratada		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (R\$/M²)	2012 (AE) 26,58	2013 (ANE) 31,87	2014 (AE) 34,02
	2015 (ANE) 36,69	2016 (AE) 43,57	2017 (ANE) 71,60
Metas	Realizar, em 2021, estudo atualizado de produtividade para aferição dos postos de trabalho para o TRE/BA.		

TEMA: LIMPEZA			
INDICADOR: GASTO COM MATERIAL DE LIMPEZA – IMÓVEIS DA CAPITAL			
O que mede	Despesa total com aquisição de materiais de limpeza		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com materiais de limpeza.		
Quem mede	SGA/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com a aquisição de material de limpeza		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 34.140,00	2013 (ANE) 44.160,00	2014 (AE) 51.180,00
	2015 (ANE) 71.720,00	2016 (AE) 110.227,80	2017 (ANE) 111.436,08
Metas	Realizar estudos, a partir 2021, para estabelecer metas anuais relativas ao aumento do gasto com material de limpeza para as unidades da Capital.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.9. Veículos

OBJETIVO – Gerir eficientemente o transporte.

TEMA: DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS - VEÍCULOS			
INDICADOR: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE SERVIDORES, TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS E DEMAIS ATIVIDADES			
O que mede	Quantidade de veículos utilizados no transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais /total de servidores.		
Para que medir	Avaliar a quantidade média de veículos por servidor na Justiça Eleitoral da Bahia.		
Quem mede	ATRAN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Veículo/ total de servidores		
Onde medir	Registros da ATRAN		
	2012 (AE) 0,017	2013 (ANE) -	2014 (AE) 0,026
	2015 (ANE) 0,028	2016 (AE) 0,026	2017 (ANE) 0,018
Observações dos resultados	<i>Total de servidores=quadro efetivo+ requisitados</i> Quantidade de veículos de serviço: 2012- 25 ; 2014- 33; 2015- 37; 2016- 33; 2017-24 2012 – Total de servidores = 1325 (863 servidores, 462 requisitados) 2014 – Total de servidores = 1258 (855 servidores, 403 requisitados)		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	2015 – Total de servidores = 1316 (859 servidores, 448 requisitados) 2016 – Total de servidores = 1286 (859 servidores, 427 requisitados). 2017 – Total de servidores = 1310 (836 servidores, 474 requisitados).
Metas	Realizar estudos, a partir 2021, para avaliar a quantidade média de veículos por servidor na Justiça Eleitoral da Bahia em ano Eleitoral e ano não Eleitoral.

TEMA: DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS - VEÍCULOS			
INDICADOR: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE MAGISTRADOS.			
O que mede	A quantidade de veículos utilizados no transporte de magistrados dividido pelo total de magistrados.		
Para que medir	Avaliar a quantidade média de veículos por magistrados na Justiça Eleitoral da Bahia.		
Quem mede	AMAV		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Veículo/ total de magistrados.		
Onde medir	No controle de frota da SETRAN e no SGRH.		
Histórico	2012 (AE) 0,43	2013 (ANE) -	2014 (AE) 0,43
	2015 (ANE) 0,57	2016 (AE) 0,43	2017 (ANE) 0,22
Observações dos resultados	Considerados somente os magistrados do TRE/BA (membros e juízes eleitorais das Zonas da capital). 2012- 3 veículos/ 27 magistrados. 2014- 3 veículos/27 magistrados. 2015- 4 veículos/27 magistrados. 2016- 3 veículos/27 magistrados. 2017- 6 veículos/27 magistrados.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Meta	Realizar estudos, a partir 2021, para avaliar a quantidade mínima de veículos por magistrados na Justiça Eleitoral da Bahia em ano Eleitoral e ano não Eleitoral.
-------------	---

TEMA: DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS - VEÍCULOS			
INDICADOR: GASTO COM MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA (PEÇAS E SERVIÇOS).			
O que mede	O valor (R\$) total as faturas dos contratos de manutenção dos veículos da frota da Justiça Eleitoral da Bahia, dividido pela quantidade de veículos.		
Para que medir	Avaliar o valor médio (R\$) dos gastos com a manutenção de veículos na Justiça Eleitoral da Bahia.		
Quem mede	AMAV		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com a manutenção dos veículos da frota/ quantidade total de veículos.		
Onde medir	Registros da SETRAN		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 8.190,50	2013 (ANE) 6.525,18	2014 (AE) 5.040,95
	2015 (ANE) 3.626,87	2016 (AE) 8.083,13	2017 (ANE) 12.575,44
Observações dos resultados	2012- 204.762,46 / 25 veículos 2013- 202.280,54 / 31 veículos 2014- 181.474,02 / 36 veículos 2015- 148.701,50 / 41 veículos 2016- 290.992,58 / 36 veículo 2017- 377.263,26 /30 veículos		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Metas	Realizar estudos, a partir 2021, com a finalidade de estabelecer metas anuais dos gastos com a manutenção de veículos na Justiça Eleitoral da Bahia, até 2021.
--------------	--

6.10. Combustível

OBJETIVO – Utilizar de forma eficiente os insumos e materiais.

TEMA: DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS - COMBUSTÍVEL			
INDICADOR: CONSUMO DE DIESEL			
O que mede	Quantidade consumida de litros de diesel por veículo.		
Para que medir	Avaliar quantidade consumida de litros de diesel por veículo.		
Quem mede	AMAV		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Quantidade de diesel em litros/veículo.		
Onde medir	Registros da AMAV		
Histórico (litros/veículo)	2012 (AE) 3.499	2013 (ANE) 2.721	2014 (AE) 2.595
	2015 (ANE) 2.212	2016 (AE) 4.149	2017 (ANE) 3.251
Observações dos resultados	2012- 38.486,03 L / 11 veículos 2013- 40.819,01 L / 15 veículos 2014- 54.495,01L / 21 veículos 2015- 46.452,14L / 21 veículos 2016- 62.242,99 L / 15 veículos 2017- 48.765,45L / 15 veículos		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Metas	Realizar estudos, a partir 2021, com a finalidade de estabelecer metas anuais da quantidade de diesel em litros por veículo na Justiça Eleitoral da Bahia, até 2021.
--------------	--

TEMA: DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS - COMBUSTÍVEL			
INDICADOR: CONSUMO DE GASOLINA			
O que mede	Quantidade consumida de litros de gasolina por veículo.		
Para que medir	Avaliar quantidade consumida de litros de gasolina por veículo.		
Quem mede	AMAV		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Quantidade de gasolina em litros/veículo.		
Onde medir	Registros da AMAV		
Histórico (litros/veículo)	2012 (AE) 2596	2013 (ANE) 1215	2014 (AE) 1427
	2015 (ANE) 795	2016 (AE) 1869	2017 (ANE) 2.467
Observações dos resultados	2012- 44.130,07 L/ 17 veículos 2013- 25.527,35 L/ 21 veículos 2014- 28.536,97L/ 20 veículos 2015- 16.690,081L / 21veículos 2016- 28.034,58 L/15 veículos 2017-36.999L/15 veículos		
Metas	Realizar estudos, a partir 2021, com a finalidade de estabelecer metas anuais da quantidade de gasolina em litros por veículo na Justiça Eleitoral da Bahia.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

*Os veículos do TRE-BA não são abastecidos pelos combustíveis: etanol, gás natural, álcool; por isso os indicadores relativos a este item não foram listados.

6.11. Reforma

OBJETIVO – Aprimorar os processos de compras e contratações, de forma a tornar possível o desenvolvimento de especificações para aquisições pautadas por critérios de sustentabilidade.

TEMA: REFORMA		
INDICADOR: GASTO COM REFORMAS NAS UNIDADES NO PERÍODO BASE		
O que mede	Despesa total com reformas nos imóveis utilizados pelas unidades do TRE-BA.	
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com reformas nos imóveis utilizados pelas unidades do TRE-BA.	
Quem mede	SGA/SEPROB	
Periodicidade	Anual	
Como medir	Valor (R\$) gasto com reformas nas unidades	
Onde medir	Contratos/SIAFI	
Histórico (R\$)	2012	2013
	119.699,41	-
	2014	2015
	-	439.574,18
	2016	2017
	-	-
Meta	Realizar estudos, a partir 2021, para estabelecer metas relativas à evolução do gasto anual com reformas nos imóveis utilizados pelas unidades do	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TRE-BA, até 2021.

6.12 Capacitação Socioambiental

OBJETIVO – Consolidar, organizar e aprimorar boas práticas de sustentabilidade.

TEMA: CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL			
INDICADOR: PARTICIPAÇÃO RELATIVA EM CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL			
O que mede	O percentual de participação de servidores, magistrados e força de trabalho auxiliar (terceirizados) em ações de capacitação e sensibilização socioambiental.		
Para que medir	Avaliar o número de servidores que participaram em eventos de ações de capacitação e sensibilização socioambiental.		
Quem mede	Núcleo Socioambiental		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Número de participações em capacitação socioambiental/Número de ações / Força de Trabalho Total) X 100		
Onde medir	Sistema SGRH		
Histórico (%)	2012 (AE) 2,1	2013 (ANE) -	2014 (AE) 1,32



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	2015 (ANE) -	2016 (AE) 0,051			2017 (ANE) -	
Observações dos resultados	Força de Trabalho	2012	2014	2015	2016	2017
	Força de Trabalho Auxiliar	462	526	407	456	887
	Total de servidores	1325	1258	1316	1286	1310
	Força total de Trabalho	1999	1996	1935	1954	2407
	<i>Força de Trabalho auxiliar= terceirizados</i>					
	<i>Total de servidores=quadro efetivo+ requisitados</i>					
Metas:	<i>Força de trabalho total= magistrados+servidores+ força de trabalho auxiliar</i>					
	Realizar estudos, em 2021, para ampliação da participação da força de trabalho em eventos de ações de capacitação e sensibilização socioambiental.					

TEMA: CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL			
INDICADOR: AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO			
O que mede	A quantidade de ações de sensibilização e capacitação para os servidores e força de trabalho auxiliar (terceirizados) em educação socioambiental.		
Para que medir	Avaliar a existência de ações sistemáticas de sensibilização e capacitação em educação socioambiental.		
Quem mede	COEDE		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Quantidade de ações de sensibilização e capacitação em educação socioambiental realizadas no ano.		
Onde medir	Sistema SGRH		
Histórico	2012 (AE) 04	2013 (ANE) 01	2014 (AE) 01
	2015 (ANE) -	2016 (AE) 01	2017 (ANE) 3
Metas	Realizar ao menos duas ações de capacitação e sensibilização em ano eleitoral (AE). Realizar ao menos três ações de capacitação e sensibilização em ano não eleitoral (ANE).		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	2	3	2	3

TEMA: CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL			
INDICADOR: PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO			
O que mede	Participação de servidores, magistrados e força de trabalho auxiliar (terceirizados) em eventos de ações de capacitação e sensibilização socioambiental.		
Para que medir	Avaliar o número de servidores que participaram em eventos de ações de capacitação e sensibilização socioambiental.		
Quem mede	COEDE		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Número de servidores que participaram em eventos de ações de capacitação e sensibilização socioambiental realizadas no ano.		
Onde medir	Sistema SGRH		
Histórico	2012 (AE) 167	2013 (ANE) 01	2014 (AE) 265
	2015 (ANE) -	2016 (AE) 01	2017 (ANE) 35
Metas	Realizar estudos para ampliação da participação da força de trabalho em eventos de ações de capacitação e sensibilização socioambiental.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7. PLANOS DE AÇÃO

Na elaboração dos Planos de Ação para o biênio 2020-2021, novas iniciativas foram adicionadas e outras, apesar de já concluídas, foram conservadas com o objetivo de manter um histórico que possa retratar a execução do PLS ao longo do ciclo 2018-2021.

Vale ressaltar que os planos a seguir apresentados foram formulados de acordo com as novas atribuições concedidas aos Grupos Executivos, mediante a edição das Portarias nos. 349 e 382/2019 do Presidente do TRE-BA.

7.1 USO EFICIENTE DE IMPRESSÃO, INSUMOS E MATERIAIS – GRUPO EXECUTIVO Nº 1

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE DE APOIO	INÍCIO	FINAL	STATUS
PAPEL	Utilizar o Processo Judicial Eletrônico – PJE.	Implantar PJE no TRE/Sede e Zonas Eleitorais	SJU	2018	2019	CONCLUÍDO
	Conscientização para o uso eficiente do papel.	Configurar as impressoras para padrão de impressão em frente e verso.	SEQUIP	2018	AÇÃO CONTÍNUA	
IMPRESSÃO	Instituir mecanismo de controle para as impressoras próprias.	Planilha de acompanhamento por unidade.	SEQUIP	2020	2020	
	Implementar a utilização da Eco font no TRE-BA.	Pad nº 178/2017- Ordem de Serviço nº 07/2016.	PLAS/DG/ ASCOM	2018	2021	
COPOS DESCARTÁVEIS	Reduzir gradativamente o uso de copos descartáveis.	Portaria 351/2019.	PLAS/DG	2018	2018	CONCLUÍDO
		Propor adequação na Portaria 351/2019.	PLAS/DG	2020	2021	
		Aquisição de jarra, xícaras e copos de vidro.	COMAP	2020	2021	
		Divulgar manutenção periódica feita nos reservatórios de água.	PLAS/DG/ ASCOM	2020	AÇÃO CONTÍNUA	
ÁGUA ENVASADA (embalagem plástica)	Reduzir gradativamente o uso de água envasada.	Instalação de purificadores de água.	SGA	2020	2021	
	Conscientização para redução do consumo de água envasada.	Promover ações de conscientização – reunião com o Comitê G. do PLS.	PLAS/DG/ ASCOM	2020	2021	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.2 CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS, EFICIÊNCIA HÍDRICA E ENERGÉTICA, LAYOUT E ACESSIBILIDADE.
GRUPO EXECUTIVO Nº2

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE DE APOIO	INÍCIO	FINAL	STATUS
ENERGIA ELÉTRICA	Realizar campanha educativa para uso racional de energia elétrica.	Confeccionar cartazes eletrônicos com informação educativa e sugestão de medidas para economizar energia	PLAS/DG/ASCOM	2018	AÇÃO CONTÍNUA	
		Monitoramento do período de funcionamento da Central de Ar Condicionado	SGA	2020	AÇÃO CONTÍNUA	
	Utilizar insumos respeitando os critérios de sustentabilidade	-Instrução nos Projetos Básicos, de especificações de insumos respeitando os critérios de sustentabilidade; -Implantação usina fotovoltaica	SGA	2018	AÇÃO CONTÍNUA	
		Divulgar dados de consumo, por m ² , das unidades (Sede e Zonas Eleitorais)	PLAS/DG/ASCOM/SGA	2020	AÇÃO CONTÍNUA	
	Substituição gradativa das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED e/ou outras com maior eficiência energética.	Substituir gradativamente conforme necessidade da troca das lâmpadas fluorescentes e quando houver reformas e construções de novos Fóruns.	SGA	2018	AÇÃO CONTÍNUA	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.2.1 CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS, EFICIÊNCIA HÍDRICA E ENERGÉTICA, LAYOUT E ACESSIBILIDADE (CONTINUAÇÃO). GRUPO EXECUTIVO Nº2

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE DE APOIO	INÍCIO	FINAL	STATUS
ÁGUA E ESGOTO	Implementar ações de sensibilização para o consumo consciente de água.	Confeccionar cartazes eletrônicos com informação educativa sobre o consumo de água	PLAS/DG/ASCOM	2018	AÇÃO CONTÍNUA	
		Divulgar dados de consumo, por m ² , das unidades (Sede e Zonas Eleitorais)	PLAS/DG/ASCOM/SGA	2020	AÇÃO CONTÍNUA	
		Realizar Palestra sobre o tema água para servidores e terceirizados.	PLAS/DG/ASCOM	2018	AÇÃO CONTÍNUA	
		Orientações aos colaboradores do serviço de limpeza e copa sobre o uso consciente de água.	PLAS/DG/ASCOM	2018	AÇÃO CONTÍNUA	
	Substituir torneiras e vasos sanitários por modelos mais econômicos.	Substituição de torneiras convencionais por automáticas; Substituição de vasos sanitários por vasos com duplo acionamento.	SGA	2018	AÇÃO CONTÍNUA	
	Implantar o sistema de biolavagem para a frota de veículos	Realizar estudos	SGA/AMAV	2018	2021	
	Aproveitamento de água de chuva	Manutenção e ampliação do sistema de coleta, armazenamento e bombeamento da água de chuva	SGA	2020	AÇÃO CONTÍNUA	
	Adesão ao Programa Água Pura da Universidade Federal da Bahia.	- Levantamento do sistema hidráulico predial; - Monitoramento e análise do consumo de água das unidades; - Detecção de vazamentos visíveis e não visíveis; 4-Utilização de tecnologias de	SGA/COMANP	2020	2021	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

		processo e produto para racionalização de consumo.				
--	--	--	--	--	--	--

7.2.2 CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS, EFICIÊNCIA HÍDRICA E ENERGÉTICA, LAYOUT E ACESSIBILIDADE (CONTINUAÇÃO).

GRUPO EXECUTIVO Nº2

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE DE APOIO	INÍCIO	FINAL	STATUS
LAYOUT E ACESSIBILIDADE	Instituir rotina de manutenção preventiva nos imóveis	Implantar rotina de manutenção preventiva nos imóveis abarcando todos os sistemas (climatização, elétrico, hidráulico, eletroeletrônico), com vistas a minimizar os impactos com intervenções de maior porte.	COMANP/ SEMAI/ SEMAC	2020	2021	
	Padronização de layout	Definir padrão de layout para cada tipo de unidade do TRE-BA, no intuito de reduzir constantes mudanças.	COMANP/ SEPROB	2020	2021	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.3 GESTÃO DE LIMPEZA, TELEFONIA E RESÍDUOS.
GRUPO EXECUTIVO Nº3

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE DE APOIO	INÍCIO	FINAL	STATUS
LIMPEZA	Revisar os procedimentos de Limpeza	-Revisão dos hábitos de limpeza diária do edifício e regas das plantas; -Rever rotinas de trabalho quanto a limpeza das instalações de modo a otimizar os serviços realizados.	COSAD	2018	2021	
	Identificar produtos de limpeza com menor impacto ambiental.	Identificar produtos de limpeza com menor impacto ambiental, introduzindo, nos Termos de Referência com vistas à contratação do serviço, a obrigação do seu uso pela(s) contratada(s).	COSAD	2018	AÇÃO CONTÍNUA	
	Adoção de produtividade diferenciada.	Implementação de contratações com a observação de Acordo de Nível de Serviço.	COSAD	2018	AÇÃO CONTÍNUA	
	Promover a revisão dos contratos de limpeza de modo a incluir a responsabilização da empresa contratada em capacitar e sensibilizar periodicamente as equipes e utilizar materiais que observem critérios de sustentabilidade.	Realizar estudos dos critérios de sustentabilidade que poderão ser inseridos nos editais de licitação para contratação dos serviços de limpeza.	COSAD	2020	AÇÃO CONTÍNUA	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.3.1 GESTÃO DE LIMPEZA, TELEFONIA E RESÍDUOS (CONTINUAÇÃO).
GRUPO EXECUTIVO Nº3

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE DE APOIO	INÍCIO	FINAL	STATUS
TELEFONIA	Estimular a utilização do uso da tecnologia VOIP.	-Fazer levantamento das unidades que não utilizam a tecnologia VOIP; -Resolução dos problemas encontrados nas unidades que não utilizam a tecnologia VOIP; -Realizar campanha para estímulo do uso da tecnologia em substituição à telefonia tradicional.	COSAD	2018	2021	
	Regulamentar o uso da telefonia convencional.	Regulamentar o uso de telefonia fixa e móvel, de modo a limitar ligações para celulares e interurbanos, fazendo-se distinção entre períodos eleitorais e não eleitorais; -Instalação de senhas para ligações de fixo p/móvel.	COSAD	2018	2021	
	Revisar e Acompanhar os contratos de telefonia.	Acompanhar cumprimento das condições pactuadas nos contratos de telefonia, mensalmente, mediante conferência das faturas, procedimento que precede o pagamento.	COSAD	2018	2021	
	Divulgar os dados de consumo ao corpo funcional.	Apresentar periodicamente dados de consumo para gestão continuada do gasto; informar por unidade.	COSAD	2018	AÇÃO CONTÍNUA	
	Priorizar comunicação por mensagem eletrônica.	-Tratar prioritariamente demandas recebidas pelos canais eletrônicos (e-mail), OTRS, ASIWEB, dentre outros); -Viabilizar o uso de solução de mensagens corporativas; -Estabelecer canal de comunicação eletrônico permanente.	COSAD	2018	AÇÃO CONTÍNUA	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.3.2 DE LIMPEZA, TELEFONIA E RESÍDUOS (CONTINUAÇÃO).
GRUPO EXECUTIVO Nº3

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE DE APOIO	INÍCIO	FINAL	STATUS
GESTÃO DE RESÍDUOS (coleta seletiva, resíduos de saúde, de obras, perigosos, etc.)	Destinar corretamente os resíduos de saúde	-Realizar parcerias com unidades de saúde públicas ou contratar empresa de coleta especializada. -Pad 2.292/2019 – contratação para remessa de resíduos de saúde.	COEDE	2018	2021	
	Regulamentar a logística reversa de cartucho de tonner e fitas de impressão.	- Editar legislação regulatória; - Enviar para o Programa Recicle Já Bahia os cartuchos que não forem devolvidos pela logística reversa; - Orientar as ZonasEleitorais quanto à destinação correta do cartucho/tonner; - Orientar, de acordo com a O.S 12/2020, o novo formato de distribuição dos cartuchos.	COSUP/SEQUIP	2018	2019	Concluído com a edição da Ordem de Serviço 4/2018 da Diretoria-Geral, Em 2020, foi substituída pela Ordem de Serviço nº 12/2020.
	Ampliar a coleta seletiva de resíduos sólidos com base na parceria existente com o Programa Recicle Já Bahia.	- Intensificar a coleta de resíduos eletrônicos e pilhas; Incluir a coleta de óleo de cozinha; - Divulgar a coleta seletiva do lixo na Secretaria e Cartórios da capital por meio de cartazes informativos, de preferência, afixados próximos às lixeiras; -Implantar logística para controle da pesagem do material no momento da coleta pelo	COSAD	2020	2021	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

		Recicla Já; -Retirar excesso de lixeiras nas unidades; -Elaborar cartilha com informações acerca da separação correta dos resíduos para reciclagem.				
	Implantar coleta seletiva no CAT – PAD nº 9342/2019	-Separar os resíduos de acordo com a natureza do material; -Disponibilizar contêineres para resíduos de madeira; resíduos orgânicos e resíduos de papel;	COMAP	2020	2021	

7.3.3. GESTÃO DE LIMPEZA, TELEFONIA E RESÍDUOS (CONTINUAÇÃO).
GRUPO EXECUTIVO Nº3

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE DE APOIO	INÍCIO	FINAL	STATUS
		-Orientar terceirizados e requisitados quanto aos procedimentos necessários para a coleta; -Entrar em contato com o Programa Recicle Já solicitando a coleta; -Informar ao PLAS a natureza do material doado, sempre que ocorrer processo de doação; -Definir o destino do material acondicionado em um pallet, contendo cola colorida, bobina com brasão da Justiça Eleitoral (impressão de BU), entre outros materiais de expediente; -As lâmpadas fluorescentes e pilhas, quando destinadas ao descarte, deverão ser encaminhadas para o edifício-sede do TRE-BA, para serem armazenadas e posteriormente recolhidas pelo Programa Recicle Já-Bahia.; -Realizar pesquisa junto a outros TRE's, especialmente o TRE-PE, quanto ao descarte	COMANP	2020	2021	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

		das urnas de lona.				
--	--	--------------------	--	--	--	--

7.4 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO.
GRUPO EXECUTIVO Nº4

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE DE APOIO	INÍCIO	FINAL	STATUS
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Implementar o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho	- Promoção de Saúde e Prevenção de Doenças (Prevenção às LER/Dort; Ginástica Laboral; Nutrir; Preparação para a Aposentadoria; Gerenciamento de Estresse; Acompanhamento de Doenças Crônicas; Campanhas de Saúde; Valorização da Saúde do Tabagista (PROVAST); TRE FITNESS; Prevenção ao Assédio Moral; Grupos Temáticos (Mês da Criança, Outubro Rosa, etc.); Saúde Legal (terceirizados); Feira Saudável; Campanha de Vacinação; Revista Comunicar; Sala de Convivência e Coral). -Destacar procedimentos destinados ao combate do novo CORONAVÍRUS	COEDE	2018	2021	
		Desenvolvimento, capacitação, valorização e reconhecimento do servidor (Estabelecer procedimentos e regras transparentes para o Programa de Recompensas; executar práticas de	COEDE	2018	2021	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

		reconhecimento por desempenho alinhadas com as metas organizacionais das unidades; ampliar programa de valorização dos servidores; incrementar e divulgar a rede de convênios e parcerias para descontos e benefícios; promover ações de valorização, integração e agradecimento aos servidores e aposentados; promover a ambientação dos novos servidores e realizar a gestão por competências (SGA e STI – 2018).				
--	--	---	--	--	--	--

7.4.1 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO (CONTINUAÇÃO).
GRUPO EXECUTIVO Nº4

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE DE APOIO	INÍCIO	FINAL	STATUS
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Implementar o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho	Condições ergonômicas no ambiente de trabalho (Contratação de Empresa de Arquitetura/Engenharia para realizar os estudos ergonômicos nas Instalações Físicas da Justiça Eleitoral na Bahia.)	COEDE	2018	2021	
	Estudar a viabilidade para criação de ações de inclusão destinadas aos servidores com deficiência.	-Identificação dos servidores com deficiência; -Identificar as necessidades dos servidores com deficiência por meio de pesquisa organizacional; -Elaborar relatório com sugestões para aprimorar a acessibilidade dos servidores com deficiência.	COEDE	2018	2021	
	Projeto Melhoracessibilidade	-Realização de atividades para firmar convênios/parcerias com outros órgãos públicos e com entidades ligadas a pessoas com deficiência; - Distribuição de formulários aos mesários, visando atualização de cadastro de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;	COEDE	2018	2021	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

		- Realização das adaptações para acessibilidade nos cartórios eleitorais que funcionam em prédios próprios e alugados pelo TRE-BA;				
--	--	--	--	--	--	--

7.4.2 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO (CONTINUAÇÃO).
GRUPO EXECUTIVO Nº4

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE DE APOIO	INÍCIO	FINAL	STATUS
------	------	--------	------------------	--------	-------	--------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Projeto Melhoracessibilidade	- Sugestões de adaptações de acessibilidade nos prédios onde funcionarão os locais de votação; - Realização de campanha de incentivo às pessoas que tenham formação em linguagem libras para se cadastrarem como mesários voluntários; - Ampliação da campanha relacionada aos padrões de acessibilidade nos sítios eletrônicos; - Recomendação aos cartórios eleitorais quanto à adoção de medidas para atualização, no ELO, durante o processo de Biometria, das informações pertinentes às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; - Realização das adaptações em prédios requisitados à Administração Pública e às entidades privadas de todo o Estado, onde funcionarão as seções eleitorais; - Orientações aos mesários quanto ao preenchimento de formulários de atualização do cadastro das pessoas com deficiência.	COMISSÃO DE ACESSIBI- LIDADE	2018	2021	
--	-------------------------------------	--	---	------	------	--

7.5 SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOBRE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, RACIONALIZAÇÃO E CONSUMO CONSCIENTE.
GRUPO EXECUTIVO Nº5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE DE APOIO	INÍCIO	FINAL	STATUS
	Contratar curso <i>in company</i> com utilização de material didático sustentável	-Pesquisar em sites as empresas que trabalham com itens sustentáveis. -Divulgar à COEDE as empresas de treinamento que utilizam material didático sustentável. -Assessorar a COEDE na elaboração do termo de referência nos processos de contratação de treinamentos.	COEDE	2018	2021	
	Priorizar o método virtual como novo formato de apresentação das palestras, seminários e cursos.		COEDE	2020	2021	
	Incluir o tema de sustentabilidade na pauta do encontro de servidores do interior, do programa de ambientação de novos servidores e estagiários.	-Reunir com a SGP/COEDE para apreciar a parceria do PLAS nos Programas Internos do TRE/BA -Levantar os temas relevantes a serem incluídos no Encontro de Servidores do Interior e Programa de Ambientação de novos servidores. -Agendar com a SGP/COEDE reunião para discutir parceria na divulgação dos projetos da Comissão Ambiental. -Confeccionar cartilhas e conteúdos para distribuir nos encontros com servidores e estagiários.	COEDE	2018	2021	

7.5.1 SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOBRE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, RACIONALIZAÇÃO E CONSUMO CONSCIENTE (CONTINUAÇÃO).

GRUPO EXECUTIVO Nº5

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE	INÍCIO	FINAL	STATUS
------	------	--------	---------	--------	-------	--------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

			DE APOIO			
	Viabilizar palestra no TRE/BA sobre a prática da sustentabilidade	Pesquisar e convidar palestrantes experientes na área ambiental para trazer reflexões aos gestores deste Tribunal. -Contactar os TRE's para trazer as suas experiências para este Tribunal. -Viabilizar parceria na contratação de palestrante de forma compartilhada.	COEDE	2018	2021	
	Disponibilizar cursos à distância na plataforma Moodle com temas ambientais	-Solicitar à EFAS/COEDE apoio para disponibilização de cursos referentes a temas ambientais na plataforma moodle deste TRE/BA. -Oficiar os Órgãos Públicos para autorização de cessão de conteúdos de cursos à distância e backups para disponibilização no moodle. -Criar catálogo de empresas parceiras para futura cessão de cursos na modalidade compartilhada.	COEDE	2018	2021	

7.5.2 SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOBRE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, RACIONALIZAÇÃO E CONSUMO CONSCIENTE (CONTINUAÇÃO).

GRUPO EXECUTIVO Nº5

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE DE APOIO	INÍCIO	FINAL	STATUS
------	------	--------	------------------	--------	-------	--------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	Implementar o Portal Ambiental com as políticas de sustentabilidade adotadas pelo TRE/BA divulgando as metas, ações e resultados alcançados e demais ações educativas.	Preparar textos e conteúdos para a montagem das matérias do Portal Ambiental; preparar cartazes lúdicos e eletrônicos referentes à todas as práticas a serem adotadas pelo TRE/ BA. Pesquisar todas as datas comemorativas no âmbito da sustentabilidade e elaborar um calendário oficial para sensibilização de todos os servidores (dia mundial da água, consumo consciente, acessibilidade, qualidade de vida e outros relacionados ao meio ambiente). Realizar parceria com a Assessoria de Comunicação Social para elaboração do calendário oficial e disponibilizar na intranet. Divulgar por meio do Portal Ambiental as práticas de sustentabilidade implementadas pelo TRE/BA e a campanhas de conscientização de consumo consciente e demais práticas. Pesquisar e Divulgar os pontos de coleta de materiais reciclados na Cidade de Salvador. Divulgar por meio do Portal Ambiental as práticas de sustentabilidade implementadas pelo TRE/BA e a campanhas de conscientização de consumo consciente e demais práticas. Pesquisar e Divulgar os pontos de coleta de materiais reciclados na Cidade de Salvador.	PLAS/DG/ ASCOM	2018	2021	
--	---	---	-------------------	------	------	--

7.5.3 SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOBRE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, RACIONALIZAÇÃO E CONSUMO CONSCIENTE (CONTINUAÇÃO).

GRUPO EXECUTIVO Nº5

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE DE APOIO	INÍCIO	FINAL	STATUS
------	------	--------	------------------	--------	-------	--------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	Implementar ações de sensibilização para uso econômico de material de expediente e de eleições.	Confeccionar cartazes eletrônicos com informação educativa de consumo de material. Agendar com as unidades administrativas a visita técnica da Comissão Gestora para campanhas educativas no consumo de materiais. Elaborar cartilhas com orientações de uso econômico de materiais para uso no Programa de Ambientação de Novos Servidores. Pesquisar cooperativas de reciclagem de papel e cartuchos do Estado da Bahia e Capital para informar às zonas eleitorais. Solicitar apoio à ASCOM para divulgação.	PLAS/DG/ASCOM	2018	2021	
	Realizar encontros com servidores efetivos, estagiários e terceirizados para sensibilizá-los sobre as ações educativas de consumo consciente.	Agendar com a COEDE Programas / Encontros trazendo experiências de outros Tribunais quanto à sustentabilidade, como os Tribunais que adotaram a Teia da Sustentabilidade na Bahia (TJ, TRT, MPF e outros). Buscar gestores da comissão ambiental de outros Órgãos para viabilizar encontros no TRE/BA (TJBA, TRT5, STJ, MPF e outros). Consultar a SGP do TRE/BA sobre admissão de novos servidores e estagiários para viabilizar um encontro divulgando a Política de Logística Sustentável. Reservar data do encontro e local de evento (sala de sessões, auditório e/ou sala de treinamento).	PLAS/DG/ASCOM	2018	2021	

7.6 GESTÃO DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE SUSTENTÁVEL
GRUPO EXECUTIVO Nº6

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE DE APOIO	INÍCIO	FINAL	STATUS
------	------	--------	------------------	--------	-------	--------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

VIGILÂNCIA	Implantar a vigilância eletrônica	Elaborar projeto de vigilância eletrônica para a Sede e para os cartórios que funcionem em imóveis próprios, locados ou cedidos; contratar serviço de telemonitoramento.	ASEGU	2018	2021	
	Revisar contratos	-Revisar as especificações técnicas e escopo dos contratos de terceirização - vigilância armada; -Revisar encargos, benefícios e impostos da planilha de formação de custos; verificar eventual repactuação dos instrumentos contratuais vigentes; -Realizar estudos dos critérios de sustentabilidade que poderão ser inseridos nos editais de licitação para contratação dos serviços de limpeza.	ASEGU	2018	2021	
	Divulgar dados de consumo ao corpo funcional	Apresentar periodicamente dados de consumo para gestão continuada do gasto; informar o gasto por unidade.	ASEGU	2018	2021	

7.6.1 GESTÃO DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE SUSTENTÁVEL
GRUPO EXECUTIVO Nº6

TEMA	AÇÃO	ETAPAS	UNIDADE	INÍCIO	FINAL	STATUS
------	------	--------	---------	--------	-------	--------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

			DE APOIO			
TRANSPORTE SUSTENTÁVEL (deslocamento de pessoal, bens e material: Combustíveis e Veículos)	Contratar empresa para transporte de cargas e encomendas para entrega de pequenos volumes (PAD-3.602/2019)	Elaborar Termo de Referência	ATRAN	2018	2021	
	Realizar estudos para redução de custos na área de transporte (em tramitação PAD 8.605/2019)	Elaborar cronograma anual para revisões periódicas trimestrais dos veículos da frota; Aumentar o intervalo de fornecimento de materiais de almoxarifado; Elaborar mapa de deslocamentos semanais para economia de combustível, com definição dos locais próximos para efetuar o deslocamento no mesmo dia sempre que possível; Apresentar periodicamente dados de consumo para gestão continuada do gasto.	ATRAN	2018	2021	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

8. MECANISMO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Núcleo do Plano de Logística Sustentável-PLAS é a unidade responsável pelo monitoramento da execução e da avaliação do desempenho do PLS/TRE-BA. O monitoramento e a avaliação dos indicadores são importantes para análise comparativa dos objetivos e metas do que foi realmente realizado.

Os Grupos Executivos apresentarão os planos de ação, indicadores e metas ao PLAS, que por sua vez os encaminhará ao Comitê Gestor do Plano de Logística Sustentável, responsável por deliberar sobre ações, metas e prazos de execução do PLS.

Caberá aos Grupos Executivos a execução das ações do PLS/TRE-BA após a aprovação do Comitê Gestor, e informar ao PLAS, trimestralmente, o início da execução dos planos de ação e os respectivos desempenhos. Tal procedimento tem como objetivo corrigir eventuais falhas e redirecionar as ações propostas, quando necessário.

O PLAS realizará o lançamento dos dados relativos ao Anexo I da Resolução n.º 201/2015 no sistema informatizado disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça, para compilação das informações do PLS-PJ; e a consolidação das informações dos Grupos Executivos com vistas à elaboração do Relatório de Desempenho do TRE/BA, que será submetido à apreciação do Comitê Gestor do PLS/TRE-BA.

O Relatório de Desempenho demonstrará o resultado anual, a evolução dos indicadores que integram o PLS e as ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

O desempenho ambiental do TRE/BA será mensurado pelo *Taxa de Alcance das Metas do PLS 2018-2021*, relacionado ao uso racional de recursos, utilizando, a princípio, os seguintes indicadores do PLS: consumo de água, energia elétrica, copos descartáveis e papel não reciclado.

Para verificar a capacidade da Justiça Eleitoral Baiana de racionalização do gasto público, as metas serão escalonadas nos seguintes percentuais: 80%, 90% e 100% em 2019, 2020, e 2021, respectivamente.

A aferição da Taxa de Alcance das Metas do PLS 2018-2021 foi proposta pela Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão, em conjunto com a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Após aprovação pelo Comitê Gestor, o Relatório de Desempenho será publicado nos sítios eletrônicos do TRE/BA, e encaminhado, por meio do Presidente, ao Conselho Nacional de Justiça, a fim de subsidiar o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, conforme disposto na Resolução CNJ n.º 201/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações, no intuito de proteger o meio ambiente, necessitaram rever o impacto ambiental de seus processos de trabalho na geração de produtos e na prestação de serviços para a sociedade. Desse modo, tornou-se imperioso estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas, eficiência por meio do uso racional de energia, água e papel e descarte adequado dos produtos, visando à realização de reciclagem ou destruição adequada do material utilizado.

Neste cenário, o TRE-BA, que intrinsecamente elegeu no PEI 2016-2021 a *Responsabilidade Socioambiental* como *valor organizacional* norteador das ações a serem implementadas por este Regional, dá continuidade à execução e monitoramento do PLS 2018-2021, importante passo rumo ao futuro sustentável da instituição e do País.